



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ELLEN CRISTINA DO MONTE SILVA

**O GÊNERO DE VIDA DOS MORADORES DAS VILAS DOS PESCADORES E
BONIFÁCIO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU
NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA.**

**BELÉM
2014**

ELLEN CRISTINA DO MONTE SILVA

**O GÊNERO DE VIDA DOS MORADORES DAS VILAS DOS PESCADORES E
BONIFÁCIO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU
NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA) para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica da Paisagem na Amazônia: agentes, processos e conflitos.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo

**BELÉM
2014**

ELLEN CRISTINA DO MONTE SILVA

**O GÊNERO DE VIDA DOS MORADORES DAS VILAS DOS PESCADORES E
BONIFÁCIO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU
NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA.**

Belém-PA, ____ / ____ /2014.

BANCA EXAMINADORA:

_____ - Orientador
Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo
Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO
Universidade Federal do Pará

_____ -
Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO
Universidade Federal do Pará

_____ -
Prof. Dr. Luís Otávio do Canto Lopes
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia- PPGEDAM
Universidade Federal do Pará

**BELÉM
2014**

**Dedico ao meu marido amado (José
Miranda) que me trouxe muita paz e
companheirismo.**

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são para todas as pessoas especiais que fazem parte da minha vida.

Ao meu Senhor Jesus Cristo a quem tenho muita fé.

Minha mãe que sempre me concedeu o prazer de estudar e buscar os objetivos com muita determinação.

A minha irmã com seu jeito amoroso sempre transmitiu o quanto estava torcendo por mim.

Ao meu pai que sempre demonstrou que através de muito trabalho e determinação sempre alcançamos os nossos sonhos.

As minhas tias e tios que sempre torceram por meus estudos.

Aos meus professores do PPGEQ (Programa de Pós –Graduação em Geografia).

Em especial ao professor Carlos Alexandre Leão Bordalo (orientador) que me concedeu a sua orientação no momento em que eu estava “perdida na floresta” como foi teorizado por René Descartes em 1637, obrigada por fazer acreditar na minha pesquisa.

Agradeço também a Marlene e o Ney (Secretaria Acadêmica), por sempre estarem solícitos e atenciosos.

A todos os meus amigos do Mestrado, em especial à Danielly Lobato que sempre demonstrou que a amizade vence distância, obrigada amiga pela sua lealdade.

A complexidade dos processos físicos merecem ser adequadamente considerados, da mesma forma que as relações sociais e as desigualdades que dela emergem (CUNHA E COELHO, 2003, p. 44).

RESUMO

Investigou-se o gênero de vida das comunidades Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio que fazem parte da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, nordeste do Estado do Pará. O estudo foi desenvolvido com uso de algumas técnicas, tais como a observação e a pesquisa de campos, com a realização de entrevistas com membros das comunidades e pessoas ligadas a gestão. Ao se referir a categoria geográfica gênero de vida notou-se que as comunidades em estudo criam possibilidades de vida conforme o que lhe é disponível pelo meio. Em geral, a cultura e as técnicas utilizadas são consideradas para a execução de atividade nos ambientes em que estão inseridos. A implantação da Reserva Extrativista veio a corroborar com formas de uso dos recursos naturais marinhos, a pesca e a catação de caranguejo que faz parte da realidade destas comunidades. Diante da situação constatou-se problemas sociais e ambientais que fogem às regras preconizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC e o Decreto de criação da Resex, no qual determinam a promoção social e do meio ambiente em que se inserem as unidade de conservação.

Palavras-chave: Gênero de Vida. Comunidade. Bragança. Resex.

ABSTRACT

This dissertation focuses the kind of life of the communities Fisherman's Village and Village of Bonifacio that are part of the Extractive Reserve Caeté-Taperaçú, located in the municipality of Bragança, northeastern state of Para, in Brazil. The study was conducted with the use of some techniques, such as observation and research fields, with interviews with community members and people management alloys. When referring to geographic kind category of life was noted that communities create opportunities for study of life according to what is available through. In general, the culture and the techniques used are considered for the implementation of activities in the environments in which they live. The implementation of the Extractive Reserve came to corroborate forms of use of marine resources, fishing and scavenging crab which is part of the reality of these communities. Given the situation found if social and environmental problems that flee to the rules prescribed by the National System of Conservation Units (SNUC) and document legal creation of extractive reserves, which determine the social development and the environment in which they operate the unit for storage.

Keywords: Kind of Life. Community. Bragança. Resex.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Equipe de estudantes que contribuíram com a pesquisa.....	22
Fotografia 2 - Carabragança 2013	37
Fotografia 3 - Festividade de São Benedito	38
Fotografia 4 - Vegetação no ecossistema de manguezal	47
Fotografia 5 - Campos alagados ou “Campo de salina”, próximo da estrada	48
Fotografia 6 - Litoral da Vila dos Pescadores	50
Fotografia 7 - Vila dos pescadores e formas de subsistência dos moradores.....	50
Fotografia 8 - Placa indicativa da chegada à Vila dos Pescadores.....	51
Fotografia 9 - Ponte que liga Vila do Bonifácio e Vila dos Pescadores.....	52
Fotografia 10 - Vista parcial da Vila dos Pescadores.....	54
Fotografia 11 - Maré próxima à Vila dos Pescadores	54
Fotografia 12 - Vista Parcial da Vila do Bonifácio	55
Fotografia 13 - Planície de maré (manguezal).....	56
Fotografia 14 - Poço semi-artesiano em Vila dos Pescadores.....	65
Fotografia 15 - Distribuição de água por mangueiras (Vila dos Pescadores)	66
Fotografia 16 - Prática da pesca (Vila dos Pescadores).....	78
Fotografia 17 - Escola Municipal de Ensino Fundamental na Vila dos Pescadores	82
Fotografia 18 - Antena parabólica em uma das residências da Vila dos Pescadores	84
Fotografia 19 - Vista frontal da Igreja católica (Vila dos Pescadores).....	85
Fotografia 20 - Vista frontal da igreja evangélica (Vila dos Pescadores).....	86
Fotografia 21 - Placa de identificação da Resex depredada	87
Fotografia 22 - Vista lateral de prédio da Associação de Filetagem de pescado	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema analítico para compreensão da categoria gênero de vida	28
Figura 2 - Cartaz oficial do Carnabragança 2013	37
Figura 3 - Classificação das Unidades de Conservação de uso sustentável	59
Figura 4 - Município de Bragança e a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu	63
Figura 5 - Limite Territorial da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu conforme a ASSUREMACATA	64
Figura 6 - Organização da Gestão na Resex Marinha Caeté-Taperaçu	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relatos dos moradores do Pólo Ajuruteua	46
Quadro 2 - Dados sobre as vilas investigadas	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem dos entrevistados por sexo e idade	77
Gráfico 2 - Percentual por sexo e profissão dos entrevistados	79
Gráfico 3 - Número de moradores por domicílio	80
Gráfico 4 - Porcentagem de informantes por sexo e grau de escolaridade.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Técnicas utilizadas para a captura do peixe	81
--	----

LISTA DE SIGLAS

ASSUREMACATA	Associação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu
GCG	Gerência de Cartografia e Geoprocessamento
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
RESEX	Reserva Extrativista
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A CATEGORIA GÊNERO DE VIDA NA GEOGRAFIA.....	24
2.1 O GÊNERO DE VIDA: REFLEXÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS	26
2.2 A REGIÃO ENQUANTO MEIO VIVO	31
3 A CULTURA BRAGANTINA COMO ELEMENTO CRIADOR DA REGIÃO BRAGANTINA.....	36
3.1 O BRAGANTINO E SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	36
3.2 A REGIÃO BRAGANTINA	43
4 ÁREA DE ESTUDO: CARACTERIZAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO	45
4.1 ÁREA DE ESTUDO: VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO.....	45
4.2 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO	52
5 A RESERVA EXTRATIVISTA E AS COMUNIDADES VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO	59
5.1 LOCALIZAÇÃO DA RESEX MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU.....	62
5.2 VILA DO BONIFÁCIO E VILA DOS PESCADORES NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU	65
5.3 A GESTÃO DA RESEX MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU	68
5.3.1 Plano de Manejo	70
6 GÊNERO DE VIDA DAS COMUNIDADES VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO	76
6.1 DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DA POPULAÇÃO	76
6.1.1 Perfil dos moradores	76
6.1.2 A infraestrutura das vilas dos Pescadores e Bonifácio.....	83
6.1.3 A atuação da Resex Marinha de Caeté –Taperacu no gênero de vida das comunidades.....	86
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE	101

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho discorre-se sobre o gênero de vida dos moradores localizadas em duas vilas na *Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Caeté-Taperaçu*, no município de Bragança, nordeste do Estado do Pará.

A primeira denomina-se “Vila dos Pescadores” e a segunda “Vila do Bonifácio”, ambas situadas nas proximidades da praia de Ajuruteua. Nessas vilas há pescadores artesanais, catadores de caranguejos e pequenos comerciantes. No caso dos pescadores, o gênero de vida está relacionado ao ambiente em que estão inseridos e os recursos que lhes são disponíveis, estabelecendo uma cultura que foi repassada de geração para geração.

Segundo Maneschy (1993), as técnicas utilizadas eram caracterizadas por práticas artesanais e os recursos naturais serviam para a subsistência dos moradores. A ocupação inicial não apresentava aspectos que pudessem comprometer a vida humana e nem o meio ambiente.

A obra de Maneschy (1993), sobre a comunidade pesqueira de Ajuruteua, descreve a relação que os pescadores mantinham com os recursos que lhes eram disponíveis, como por exemplo, o ecossistema de manguezal e o rio que banha o município de Bragança, o Caeté. Esses elementos colaboraram para a formação de culturas voltadas para à atividade pesqueira, e ao uso do manguezal para diversos fins.

No entanto, mesmo com práticas artesanais verificou-se que a comunidade local utilizava o recurso de forma inapropriada, como por exemplo a extração da madeira para o uso de lenha, a catação de caranguejo, sem os devidos cuidado, culminando com uma das preocupações que resultaram na criação de uma unidade de conservação nessa parte do município de Bragança.

Mediante essas explicações iniciais, sinaliza-se que nos capítulos que constituem este trabalho sobre o gênero de vida entre os moradores das comunidades em estudo, buscando-se compreender as relações existentes entre as práticas socioambientais, como, o hábito de pescar e catar caranguejo, em interação com a cultura de forma geral e, em particular, com as novas regras e normas estabelecidas com a criação da resex. Em relação a esse último aspecto, entende-se que a preocupação com a conservação e biodiversidade do planeta adquiriu importância internacional, devido à necessidade de reduzir as agressões que o meio ambiente vinha sofrendo dentro do processo de modernização em que o objetivo principal era adquirir

recursos naturais para as indústrias dos países inseridos dentro deste mercado global (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

É em meio a essas discussões que se insere a criação de *Unidades de Conservação*, com o objetivo de estabelecer limites que garantam a proteção dos recursos ambientais. As *Reservas Extrativistas* representariam o modelo de gestão dos recursos naturais apropriados para a consecução dos objetivos nacionais em relação ao meio ambiente que contaria com a participação da comunidade.

A implantação da *Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu* teve por finalidade o estabelecimento de novos valores, voltados à utilização dos recursos naturais por sujeitos inseridos nesse novo espaço institucionalizado. Sobre isso, importa sobre isso entender como os moradores receberam a novidade, houve alterações? De que forma se deu esse processo? Quais os novos arranjos e rearranjos surgiram? O que foi extinto, ou criado na paisagem? Essas e tantas outras indagações poderão ser respondidas ao longo desta discussão.

Além disso, considera-se, para a análise aqui empreendida, os influxos e refluxos da presença desse espaço institucionalizado em um município que também se transforma no tempo e que será caracterizado para compreensão de alguns elementos que influem no gênero de vida dos moradores das vilas estudadas.

Dentre essas influências explicita-se, sucintamente, a atuação do órgão gestor do governo Federal no município, qual seja, o *Instituto Chico Mendes de Conservação e da Biodiversidade (ICMBio)*, representando um tipo de política indutora, que dentre tantas funções, promove a conscientização do uso do recurso de forma sustentável.

No caso de Bragança, a lógica de expansão do mercado, em relação ao meio ambiente, é visível, como se mostrará adiante. Essa contradição é verificada por dois extremos que ora se aproximam, ora se afastam, ou seja, de um lado as *práticas conservacionistas* proteladas pelos defensores da Resex e tudo que elas representam; de outro, as *ações predatórias*, e que, ainda refletem em parte, o uso inadequado dos recursos naturais para atender as demandas do capital.

No ano de 2005 criou-se a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu, que representa um território institucionalizado. E nesse novo contexto, **problematizou-se o seguinte: quais mudanças ocorreram ao gênero de vida dos moradores dos espaços investigados após a implantação da resex?** A **hipótese** inicial argumentava que após a implantação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, foram estabelecidas regras e normas para as comunidades que estão inseridas nessa unidade de conservação.

A consecução da pesquisa seguiu alguns passos operacionais. O primeiro foi fundamentado por pesquisa documental, cujo **Decreto de 20 de Maio de 2005** foi a referência inicial, pelo fato de oficializar a criação da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu. Esse instrumento coaduna-se com as diretrizes da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (SNUC).

O referido decreto objetiva a promoção do desenvolvimento sustentável a partir do uso dos recursos naturais, desde que estes sejam protegidos e garantam a subsistência das populações tradicionais atingidas, garantindo-lhes o respeito e a valorização dos seus conhecimentos e de sua cultura, promovendo-os social e economicamente, bem como, a proteção dos meios de vida e a garantia da utilização e da conservação dos recursos naturais renováveis, enquanto o SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Os documentos supramencionados foram analisados em detalhes para se compreender a parte legal em que a Resex se insere e para se analisar o gênero de vida das comunidades envolvidas nesse processo.

O desenvolvimento da pesquisa foi delineado em torno de alguns objetivos. O **objetivo geral** procurou *compreender como se caracteriza o gênero de vida nas comunidades: vila dos Pescadores e vila do Bonifácio, a partir da criação da Resex Marinha de Caeté-Taperacú.*

Em termos **específicos, objetivou-se:** *a) analisar a categoria gênero de vida no campo da Geografia; b) relacionar a cultura bragantina e o gênero de vida das comunidades investigadas; c) refletir sobre a formação das unidades de conservação, especificando a Resex Marinha e a atuação sobre as comunidades Vila dos pescadores e Vila do Bonifácio e; d) caracterizar o gênero de vida das comunidades referidas após a implantação da Resex.*

Como é comum na construção do conhecimento, nada se escreve no *vácuo*, sempre se tem seus motivos para se pensar e escrever. Sobre as motivações que proporcionaram o interesse pelo tema, elencam-se, a seguir, os principais. Primeiramente, o fato de residir e trabalhar em Bragança ajudou na curiosidade de se entender essa Resex. O interesse em cursar o mestrado pelo *Programa de Pós-Graduação em Geografia*, da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA) na área específica “Dinâmica da paisagem na Amazônia: agentes, processos e conflitos”, suscitou outra motivação, no sentido de desenvolver um estudo sobre a Resex e as dinâmicas das comunidades inseridas na mesma. Ao longo do curso de mestrado a disciplina “Gestão de Recursos Naturais” elucidava cada vez mais o objeto a ser estudado,

possibilitando sólida convicção daquilo pretendido para a dissertação. E a aproximação com o objeto, por meio de visita à campo, permitiu a consolidação do problema a ser investigado.

O exercício docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Bragança, contribuiu para aumentar o interesse pelo tema, na medida em que exercia a função de professora da disciplina “Gerenciamento em Unidades de Conservação”, do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, que proporcionava discussões entre os alunos residentes em Bragança sobre a temática das unidades de conservação. Um dos temas principais discutidos nesse ínterim versava sobre a diretriz III do SNUC, que enfatiza a “participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”.

A gestão da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu pôde ser analisada associando-se os termos do SNUC e da atuação do ICMBio, bem como, a participação da ASSUREMACATA, que atualmente executa o papel de fiscalizadora dos objetivos traçados pelo SNUC, evidência da interação da Sociedade Civil com o Estado em uma relação nem sempre harmoniosa.

O **roteiro metodológico** que possibilitou o planejamento e a execução da pesquisa será explicitado a seguir, por meio de explicações sobre o suporte teórico trabalhado e o contato com a realidade observável.

A leitura da obra “Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada”, publicada por Maria Cristina Maneschy em 1993, instigou-me em fazer uma “releitura” da situação presente nessas comunidades, em especial as que residem nas vilas dos Pescadores e do Bonifácio, fazendo um contraponto entre passado e presente. Essa obra contextualiza a Vila dos Pescadores em uma época anterior à implantação da Resex, explicando a origem desta comunidade, apontando suas principais atividades desenvolvidas e como utilizam o recurso natural para a sobrevivência em sociedade.

A partir de então, buscou-se analisar a categoria *gênero de vida*, na literatura geográfica para se compreender o *modus vivendi* das comunidades Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio e suas relações com o meio que lhe é disponível. Nesse ponto, sabe-se que os valores e as tradições proporcionam a permanência do gênero de vida de uma determinada organização social, mesmo que ocorram significativas modificações.

A legislação traçada no Sistema nacional de Unidades de Conservação-SNUC, torna-se necessária para verificar os objetivos traçados na legislação da Resex e o que se visualiza na unidade de observação (vilas estudadas). A legislação preconiza que os recursos devem manter-se para as futuras gerações, mas para tanto é necessário o apoio da comunidade na fiscalização e organização da gestão da Resex.

A investigação empreendida não é uma iniciativa solitária, pois compartilha saberes com outras abordagens que tiveram por objeto a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu, mas com focos diferentes, que abrangem outras áreas do conhecimento, tais como a biológica, geológica, sociológica, geográfica etc. Em relação à ciência geográfica, o aporte teórico, baseou-se em autores que discutem as temáticas “unidades de conservação”, “gênero de vida”, “espaço”, “região” e “gestão ambiental”.

O termo *gênero de vida* foi trabalhado seguindo as orientações teóricas de Paul Vidal de La Blache (1954, 1911, 1922) e alguns de seus comentadores, tais como Gomes (1996) e Sorre (1984). O primeiro, defensor do possibilismo, que objetiva analisar as interações entre homem e meio, numa concepção contrária ao determinismo geográfico. Para Sorre (1984) “os gênero de vida são formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico”. Essas reflexões possibilitaram um olhar sobre as comunidades estudadas, no sentido, de compreender as formas de “adaptação” vividas pelas populações próximas aos rios Caeté e Taperaçu e suas interações com o ecossistema de manguezal e produção da cultura local, desenvolvidas até hoje e expressas em atividades de pesca e catação de caranguejo.

Diante disso, percebe-se que desde a década de 80, com a visão lablachiana de analisar esta categoria, autores contemporâneos buscam essa afirmação na compreensão de certas comunidades e a sua forma de se relacionar com o meio, no caso o clima, a vegetação, os rios, a cultura, dentre outros.

A discussão sobre as unidades de conservação foram empreendidas a partir da base legal e de autores como Guerra e Coelho (2009) que discutem o intercâmbio entre sociedade e natureza, para se ter uma explicação sobre os entrelaçamentos entre população, recurso natural, gênero de vida.

O conceito de “espaço” foi trabalhado a partir de Milton Santos (2008) que o entende como resultado de uma interação entre a sociedade localizada em um dado meio natural, daí ser possível se pensar o que acontece nas vilas estudadas, tendo esse conceito como base teórica.

Para conceituar unidades de conservação, e buscar o contexto histórico da implantação das reservas extrativistas, em âmbito nacional, recorreu-se aos referenciais de Cunha e Guerra (2003); Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2009). De acordo com esses autores, após a Revolução industrial, a população urbana sentiu necessidade de limitar espaços naturais, já que o espaço urbano estava tornando-se cada vez mais artificializado, com construções, rodovias, ferrovias, redes portuárias, dentre outros.

Para isso, tornou-se necessária a criação de unidades de conservação, por intermédio de parques urbanos, de reservas, dentre outros. Esses espaços construídos, a manutenção da natureza e a funcionalidade que ela proporciona para o bem-estar social.

Ao se referir a categoria Reserva Extrativista é imprescindível frisar que existem, segundo as diretrizes do SNUC, duas modalidades: as *Reservas Extrativistas Florestais* e as *Reservas Extrativistas Marinhas*, classificação essa que será abordada no quinto capítulo desta dissertação.

A dimensão jurídica pautou-se em alguns documentos, dentre os quais destacam-se: 1) Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000 que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC, no qual discute-se os objetivos, a implantação, a gestão e o plano de manejo de unidades de conservação; 2) Decreto Federal de 20 de maio de 2005 que dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, neste documento define-se o memorial descritivo da área, o limite da Resex, os objetivos e todas as normas de criação, implantação e gestão dessa categoria.

E como a construção do conhecimento, na ciência, pauta-se pelo uso de métodos e técnicas, adotou-se alguns métodos de procedimentos, tais como o método histórico para se conhecer o espaço da Resex no município de Bragança, ao longo do tempo, buscando dados que contam sobre sua evolução histórica, social, cultural e política.

Igualmente importante, foram as contribuições encontradas em teses, dissertações e artigos disponibilizados nas Bibliotecas da Universidade Federal do Pará (campus de Belém e de Bragança) e dos materiais informativos disponibilizados pelo ICMBio para a compreensão do objeto.

Em relação às **pesquisas de campo** informa-se que essas se iniciaram em **janeiro de 2012**. Era a fase de reconhecimento da área de estudo, em que se registrou o necessário para o andamento da pesquisa. Diante dessa observação foi possível analisar as comunidades e sua relação com o meio em que vivem, mesmo que de forma sucinta.

A segunda pesquisa de campo, foi em **junho de 2012**. Nesta, contou-se com a colaboração de representantes da ASSUREMACATA, que nos levaram Resex adentro, mostrando alguns recursos utilizados pelos moradores, além de solucionar certas dúvidas que ainda existiam em relação à área de estudo. Nesse momento, foi cedida uma cópia de um mapa de localização da Resex com indicação das comunidades incluídas sob sua jurisdição que nos ajudou a visualizar melhor a abrangência da Resex. Essa pesquisa de campo foi pautada em alguns critérios de observação, com o intuito de conhecer a existência de infraestrutura, comércio, unidades de saúde, escolas, casas inseridas nas Vila dos Pescadores e

Vila do Bonifácio, a fim de observar se os objetivos da Resex se concretizavam em relação ao meio ambiente, de forma geral, e especificamente, aos recursos naturais.

Em **fevereiro de 2013**, em meio a dificuldades de se obter as informações no ICMBio, contou-se, então, com a colaboração do Cientista Político José Miranda, na busca de informações institucionais sobre a política e gestão da unidade de conservação, com articulação direta com o gestor do ICMBio em Bragança, haja vista que em todas as visitas ao órgão, as solicitações não eram atendidas. Nesse sentido, enfatiza-se que eis a importância de se contar com o estimado auxílio de alguns profissionais, e até mesmo de excelentes alunos no ato de pesquisar, por isso reforço esse reconhecimento ético.

A entrevista com o gestor do ICMBio visou o conhecimento em termos de diagnóstico por parte dessa autarquia sobre as comunidades para saber quantas pessoas existiam nas duas vilas, quantas são cadastradas pelo ICMBio, se nestas comunidades realizavam-se projetos socioambientais e se existiam dificuldades enfrentadas pelos moradores.

Para se conseguir os dados foi necessário confeccionar um ofício e protocolá-lo no ICMBio, e, para além disso fazer um cadastro no *Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade* (SISBIO), no qual foi inserido o nome do pesquisador, o título do seu trabalho, os objetivos da pesquisa, entre outros dados. Segundo o diretor do ICMBio, sede Bragança, todas as pesquisas referentes a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu precisam realizar, primeiramente, esse cadastro para obter informações sobre a unidade de conservação.

Depois desses procedimentos para a realização do cadastro, gerou-se um número que foi encaminhado para o e-mail do diretor do ICMBio, sendo que no prazo de quinze dias foi encaminhado por ele mesmo, também via correio eletrônico, os dados solicitado sobre as comunidade do pólo de Ajuruteua que abrange vilas localizadas na porção costeira, quais sejam: Vila dos Pescadores, Vila do Bonifácio e Campo do Meio, sendo que conforme orientações do ICMBio, a comunidade Campo do Meio não está inserida no limite da Reserva Extrativista.

Em **fevereiro de 2014** realizou-se a pesquisa de campo, visando compreender as mudanças relativas ao gênero de vida nas vilas em estudo. O primeiro passo foi a estruturação do **instrumental de coleta de dados (formulário)**, para em associação com a técnica de entrevista, obter as informações necessárias para o desfecho do trabalho. O formulário foi composto por perguntas abertas e fechadas e aplicado à uma amostra de 38 pessoas (50% homens; 50% mulheres) o que corresponde a 11% da população total divulgada pelo ICMBio em entrevista com o gestor.

Adotando-se uma **abordagem quali-quantitativa** cujas variáveis buscavam identificar o sexo, a idade, o grau de escolaridade, o número de moradores por domicílio, a profissão, as técnicas utilizadas na pesca e os processos de conservação. As questões abertas, referentes à abordagem qualitativa, almejavam o entendimento sobre os usos de subsistência praticados na Resex, as mudanças no gênero de vida, os benefícios alcançados com a implantação da Resex e o atendimento das garantias constitucionais (saúde, educação, trabalho, transporte etc.).

As entrevistas foram realizadas no dia 17 de fevereiro de 2014 pela parte da manhã nas vilas do Bonifácio e dos Pescadores. Durante essa etapa contou-se com uma equipe de oito (08) estudantes (ver fotografia 1) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA-Campus Bragança) que atuaram como voluntários na coleta dos dados. Eles passaram por seções de treinamento e uma palestra sobre os itens do formulário, antes de se sujeitarem ao trabalho de campo. Cada aluno(a) ficou responsável por cinco instrumentos de coleta de dados, sendo que dois alunos preencheram apenas quatro formulários, perfazendo um total de 38. As questões abertas referiam-se à Resex e o impacto no gênero de vida da comunidade. Abaixo tem-se os jovens estudantes do ensino médio que foram iniciados na pesquisa de campo:

Fotografia 1 - Equipe de estudantes que contribuíram com a pesquisa



Fonte: Fotos da autora, 2014.

A localização da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu é indicada por uma mapa em escala 1:510.000 disponível pela Gerência de Cartografia e Geoprocessamento do Instituto de Terras do Pará (GCG/ITERPA) em escala de 1:510.000. E um mapa cedido por representantes da Associação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), observa-se a localização da Vila dos pescadores e do Bonifácio, bem como das demais comunidades do entorno e nos limites da Resex.

No primeiro capítulo faz-se uma reflexão sobre a categoria gênero de vida no campo da Geografia, para compreender como de fato vem sendo discutido por geógrafos, neste caso por La Blache e seus sucessores como Gomes, Sorre, entre outros. Desta forma, analisa-se que o gênero de vida é a possibilidade que a vida humana adquire com o meio.

No segundo capítulo discute-se o bragantino e suas manifestações culturais, mostrando a relação que o povo mantém com as manifestações religiosas e o ambiente natural que faz parte do município de Bragança. Além de representar a região bragantina, desde a sua fundação, até a construção da estrada de ferro Belém–Bragança, esta que proporcionou o crescimento populacional, quando da instalação de órgãos institucionais, permitindo, então , a criação de novos valores refletindo no gênero de vida.

O terceiro capítulo tem como foco a caracterização da Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio procurando relacionar o gênero de vida das comunidades antes da implantação da Resex e o que mudou após a implantação dessa unidade de conservação de uso sustentável, relacionando os aspectos socioambiental das comunidades em estudo e a sua atuação com o recurso natural disponível.

O quarto capítulo analisa a formação das unidades de conservação especificando a categoria de uso sustentável, no caso, uma Reserva Extrativista, mostrando a atuação da Resex no município de Bragança e de que forma as comunidades sofreram mudanças nas questões políticas, sociais e ambientais após a implantação da Resex.

No último capítulo, analisa-se o gênero de vida nas comunidades da Vila dos Pescadores e da Vila do Bonifácio, associando-se às discussões feitas nos capítulos anteriores para, então, caracterizar a atuação da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu no gênero de vida das comunidades.

E nas considerações finais busca-se constituir a interface entre as abordagens teóricas e os objetivos propostos, visando à explicação da problemática levantada. No qual, permitiu compreender os gêneros de vida destas comunidades em estudo e sua relação com a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu.

2 A CATEGORIA GÊNERO DE VIDA NA GEOGRAFIA

Neste capítulo analisa-se a categoria “gênero de vida” nos referências da Geografia, em especial, na tessitura teórica construída por Paul Vidal de La Blache, geógrafo francês que publicou em 1911, nos *Annales de Géographie*, um artigo intitulado *Les genres de vie dans la géographie humaine*, com intuito de esclarecer as dimensões e a importância dessa categoria para o campo da geografia. Em 1921, em Paris, foi publicada postumamente a obra *Principes de Géographie Humaine* em que o autor esclarece de forma ampla sua posição teórica.

Pertencendo a corrente do possibilismo, La Blache (1911a; 1954) se contrapunha ao determinismo geográfico preconizado por alguns estudiosos, tais como, Friedrich Ratzel (1844-1804) que defendia a tese pela qual a realidade social poderia ser determinada pelas condições naturais. Ao contrário de Ratzel, La Blache (1954) acreditava que havia diversas possibilidades para a vida humana e sua relação com o meio em uma relação de interdependência.

No pensamento geográfico essa querela provocou muitos embates e conflitos políticos carregados de discursos ideológicos entre os teóricos do século XIX, como evidenciam Fabrício e Vitte (2011, p. 301):

Uma questão famosa reside nas discussões a respeito da geografia alemã, preconizada por Ratzel, e a geografia francesa, com a figura de Paul Vidal de La Blache. Muitos teóricos, principalmente franceses, colocaram essas duas concepções de geografia como opostas, em que a primeira seria marcada por um determinismo estrito e a segunda colocaria a ideia das possibilidades humanas, rompendo definitivamente com discursos naturalistas, que não levavam em consideração a história.

Percebe-se que a história aparece como o elemento “inovador” na discussão lablacheana que a destaca como fator influenciador da relação homem/meio. O centro desse embate estava na França e na Alemanha que travavam uma espécie de conflito no campo intelectual, cuja geografia apresentava-se como uma forma camuflada de manter a expansão imperialista que esses países vinham empreendendo há algum tempo em várias partes do mundo e se intensificou no século XIX.

Com uma visão crítica das posições geopolíticas da geografia alemã, La Blache (1954) propunha uma nova Geografia Humana francesa que ganhou força e se expandiu no campo científico. E para tanto, três dimensões fortaleceram suas posições e críticas sobre a geografia vigente em seu tempo: o filosófico, o histórico e o ideológico.

No século XIX as ideias de Charles Darwin (1809-1882) influenciaram vários campos do saber filosófico e científico. Esses passavam por grandes transformações que refletiam nas ações dos homens entre si e com o meio. O “Darwinismo Social” modificava a forma como as sociedades europeias olhavam para as sociedades diferentes ao redor do mundo, fortalecendo uma visão eurocêntrica que colocava as sociedades de outros continentes como inferiores e necessitadas de orientação moral para atingirem o desenvolvimento e o progresso (COSTA, 2001).

O reflexo das teorias darwinistas no campo da geografia buscava atribuir valores aos elementos naturais como fator explicativo das diferenças sociais. Essa perspectiva teve grande repercussão na geografia na medida em que considerava o *clima* como fator de formação dos tipos de sociedades nas áreas tropicais, como explicam Fabrício e Vitte (2011, p. 303):

Engendrou-se a ideia de que o meio, principalmente o clima, acabaria determinando o comportamento das diversas sociedades, em relação à sua evolução. As áreas temperadas seriam mais propensas à vida e ofereceriam maiores condições para que ocorresse o “progresso” da humanidade.

Nascia assim, o primeiro grande paradigma da geografia, o “determinismo geográfico” que só pode ser entendido quando associado às ações imperialistas e aos interesses dos principais países da Europa no século XIX.

Essa forma de entender o mundo do século XIX incomodava La Blache (1954) que observava na história a chance de rever a forma como as teorias deterministas explicavam a trajetória da humanidade. A crítica de La Blache caminhava para o entendimento de que as coisas não podiam seguir um determinismo que ajustava a ordem das coisas relativas ao homem e a natureza de modo linear e lógico.

Em termos metodológicos a Geografia Humana de La Blache (1954) defendia a construção de uma ciência com caráter regional, por acreditar na impossibilidade de explicações totalizantes para casos específicos. Essa característica permitiu a construção de uma geografia que enfatizava a descrição da paisagem natural e colocava o **conceito de região** no centro de suas análises ao afirmar que a região existia independentemente do que o homem realizava no meio.

A observação, a comparação e explicações conclusivas marcavam o método lablacheano de entender os objetos da geografia. Seus estudos influenciaram pesquisas que colocavam a região como foco central.

Nesse aspecto Sorre (1984, p. 99) comenta que La Blache encontrava subsídios para suas teorizações “[...] na vida de populações de coletores, de agricultores e de criadores”, para

que pudesse descrever os complexos de atividades habituais características de cada grupo humano e que constituem a base de sua existência. As ações que são transmitidas de geração para geração e relacionadas às técnicas tradicionais organizam todo o gênero de vida da população.

2.1 O GÊNERO DE VIDA: REFLEXÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS

Tendo a região como ponto de partida, La Blache (1911; 1954), desenvolve sua noção de gênero de vida. O aprofundamento dessa matéria encontra-se basicamente em dois artigos publicados no ano de 1911, nos *Annales de Géographie*, em França. Alguns comentadores será necessários para a compreensão dessa discussão, tais como, Sorre (1984) e Gomes (1996).

No primeiro artigo, intitulado *Les genres de vie dans la géographie humaine*, percebe-se a aproximação entre o conceito de região e a categoria gênero de vida. Essa aproximação é explicada pelo fato de que a região era tida como um meio vivo capaz de transformar o ser humano no tempo e no espaço influenciando assim o desenvolvimento da sociedade. Por outro lado, o uso dos recursos regionais naturais pelo homem resultaria na formação de gêneros de vida.

O segundo artigo, de mesmo título, foi publicado em 15 de julho de 1911. Neste La Blache comenta sobre a relação do homem com a agricultura e suas formas de ocupar o espaço, inclusive sobre os tipos de construções desenvolvidas para moradia. Os gêneros de vida tem se perpetuado em grandes áreas de terras promovendo a iniciativa e inevitabilidade do ser humano em relação ao meio.

La Blache (1911b, p. 304) enfatiza que os gêneros de vida são “agents de formation humaine”, criam e mantêm entre os homens as diferenças sociais.

Mas em que consiste o gênero de vida? La Blache (1911a, p. 194) em sua discussão acerca do “genre de vie” (gênero de vida), explica que “un genre de vie constitué implique une action méthodique et continue, partant très forte, sur nature, ou pour parler en géographe, sur la physionomie des contrées”.

Percebe-se inicialmente que ao se falar de gênero de vida tem-se que entendê-lo enquanto uma ação ordenada e continuada sobre a natureza. La Blache (1954) reforça essa definição ao explicar que o homem cria para si gêneros de vida e de forma gradativa consegue transmitir os conhecimentos apreendidos com a relação com o meio para seus sucessores.

Esse conhecimento se expressa no manuseio de materiais e elemento tirados do meio ambiente e transformados em inovação com certo rigor metódico para lhe garantir a reprodução.

Mas não se pode esquecer o que Sorre (1984) comenta em relação ao gênero de vida, ou seja, que esse atrela para si **relações simbólicas** que refletem o modo de ser e de pensar das pessoas que reproduzem determinados gênero de vida (Grifo nosso). Assim, não se pode eliminar a cultura da região como fonte criadora e transformadora do gênero de vida.

A noção de gênero de vida pretende mostrar como as pessoas se organizam além de mostrar como essa organização se altera e se transforma. Como reforça Sorre:

A noção de gênero de vida é extremamente rica, pois abrange a maior parte, senão a totalidade, das atividades do grupo humano. É preciso atingir um grau de cultura bastante avançado para que os indivíduos se libertem da tirania do costume. Esses elementos materiais e espirituais são técnicas transmitidas pela tradição, mediante as quais os homens asseguram domínio sobre a natureza (SORRE, 1984, p. 100).

Segundo Sorre (1984, p. 100) o gênero de vida é expresso também nas técnicas de obtenção de energia, de produção de matérias-primas, de utensílios que são sempre produtos da arte humana, bem como, “[...] as instituições que mantêm a coesão do grupo, assegurando-lhe a perenidade”. O ser humano é um agente criador que sofre estímulos e depara-se com desafios emanados do meio físico, orientando-lhe sua genialidade para a manutenção de sua existência.

Ampliando-se a discussão percebe-se com Sorre (1984) que o gênero de vida é uma combinação de técnicas, no entanto os recursos disponíveis combinado com o clima, o solo, a vegetação, entre outros possibilitará usos a partir das técnicas desenvolvidas e organizadas por uma sociedade.

Os procedimentos mudam dependendo do clima e da natureza do rebanho, da topografia, da extensão e da amplitude dos deslocamentos que a maior ou menor proximidade das pastagens sazonais implica. A nosso ver, a eficácia dessas técnicas reside num conhecimento empiricamente adquirido sobre as propriedades do meio e as exigências das espécies animais (SORRE, 1984, p. 100)

O gênero de vida em relação com o meio pode ser variável ou manter certo padrão de existência. Como exemplo, pode-se pensar no meio bragantino que apresenta momentos de muito sol e momentos de muita chuva, ocasionando certa variabilidade no gênero de vida local. Isso significa dizer que algumas pessoas, de acordo com o período climático e a forma de atividade laboral, buscam formas de se manter e sobreviver.

Ressalta-se que a explicação anterior evidencia-se demasiadamente superficial, tendo em vista que a categoria gênero de vida só pode ser compreendida quando associada a outras noções, como por exemplo, as de “organismo”, “meio” e “ação humana”. A figura 1 demonstra um esquema analítico com alguns elementos que compõem a noção de gênero de vida a partir das discussões elaboradas por Gomes (1996):

Figura 1 - Esquema analítico para compreensão da categoria gênero de vida



Fonte: Autoria própria, 2013.

Algumas ideias norteiam o pensamento vidaliano que ajudam a compreensão do termo “genre de vie”, tais como os indicados por Gomes (1996): organismo, meio, ação humana e por fim gênero de vida.

A noção de “organismo” colocava em questão a visão mecanicista da natureza, ponto de vista criticado por La Blache que preconizava uma visão que colocava a natureza em um contexto de movimento de vir a ser, ou seja, que segundo Gomes (1996, p. 199) “uma matéria em movimento de auto-realização permanente, definida como sua própria essência”. Neste caso, a categoria organismo está relacionado a um lugar comum da época que pode ser representada por terra, paisagem, região, cidade, entre outros.

O que deve ser levado em consideração ao analisar a categoria organismo é a alusão ao conceito aristotélico de *physis*. De acordo com Gomes (1996, p. 199):

Esse conceito foi traduzido em latim, a partir do grego antigo, em termos de “natureza”. Na verdade, a *physis* é um movimento de vir a ser, a forma reunindo a matéria e a finalidade em um conjunto sintético e total. Convém notar que, nesta tradição metafísica, a natureza já era concebida como uma matéria em movimento de auto-realização permanente, definida como sua própria essência.

No entanto, a categoria organismo é a própria natureza com todos os seres vivos que poderá manifestar sua auto-realização a partir do meio em que está inserida.

A ideia de “meio” deve ser entendida como “a reunião de diversos elementos em conexão, ao mesmo tempo causa e efeito uns dos outros” (GOMES, 1996, p. 199). Isso significa que o meio se define por sua maneira de ser, isto é, existe como uma “manifestação real e concreta”.

Pode-se definir a categoria “meio” da mesma forma em que se representa a categoria geográfica “região”, sendo que a partir da observação, se consegue registrar o meio físico e a ação humana promovendo transformação no qual será caracterizado de acordo com o interesse do homem.

De acordo com Gomes (1996), na visão determinista, o homem era apenas um elemento no “organismo” não tendo poder de transformação, isso muda na visão possibilista quando a ação humana passa a se adaptar a natureza e transformá-la de acordo os desejos humanos.

Essa discussão promove a preocupação de La Blache em enfatizar a “observação” na pesquisa geográfica. O “meio” seria o ponto de partida, como lembra Gomes (1996). Além disso, o meio está sujeito a uma força de transformação representada pela ação humana. O homem se opõe parcialmente a natureza.

A ação humana a partir das técnicas que foram adquiridas no decorrer do tempo, tem o poder de transformação podendo criar especificidade de acordo com o grau de aperfeiçoamento das técnicas, da cultura e da civilização. No entanto, diante da ação humana, pode-se perceber que a organização das categorias discutidas por Gomes (1996), como organismo, meio e a ação humana em combinações produzem uma diversidade de gêneros de vida.

Dessa forma, tudo depende de como o homem atuam em sua realidade, construindo conhecimento e técnicas para agir sobre um meio ou uma região e assim transformar os

organismos existente neste meio. La Blache (1954, p.30) esclarece que em Geografia Humana os “[...] fatos ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por este são explicáveis, relacionam-se com o meio que, em cada lugar da terra, resulta da combinação das condições físicas”.

É assim que surgem os diversos gêneros de vida sobre a face da terra. A categoria gênero de vida pode ser definida como “a forma específica que cada grupo desenvolve sua maneira de ser e de viver” (GOMES, 1996, p. 205). Mas, para além dessa definição simplista, os gêneros de vida compõem um conjunto particular de atitudes que atribui significação a partir do próprio grupo social que está explícito no ato de se vestir, falar, se comportar e agir de cada indivíduo, formando assim, uma interseção com a produção da cultura.

Gomes (1996, p.205) comenta que os gêneros de vida evidenciam “os meios desenvolvidos por uma coletividade para sua sobrevivência”, eles são os resultados das escolhas humanas em relação ao desafio da natureza. Eles são resultados “contingentes” de gêneros de vida anteriores, regida não por uma ideia de necessidade, mas pela noção de possibilidade.

Para melhor representar essa categoria, os aportes teóricos de Sorre (1984) juntamente com Gomes (1996) são necessários. Em geral, esses autores concordam na afirmativa de que a estrutura da população e as atividades econômicas utilizadas por determinado grupo social podem representar o gênero de vida e suas formas de adaptação à natureza. Podendo mudar, na organização de uma sociedade para outra, podendo depender das tradições religiosas e materiais.

Sorre (1984, p.100) explicita que os gêneros de vida são “criações do gênio humano: a pressão do meio físico estimula, orienta esse gênio, mas é preciso ter sempre em mente sua força criadora”.

Como vem sendo analisado por Gomes (1996) as categorias organismo, meio proporcionam criações por parte do homem, no entanto vai depender da transformação a partir da ação humana para criar gêneros de vida. Outro ponto pode ser pensado, o da cultura, em que Santos (2008, p.36), explica que a cultura de determinada sociedade poderá possibilitar uma interação entre uma sociedade e um dado meio natural.

Como define o autor o conceito de região pode ser representado nesta relação que é a interação de uma determinada sociedade e a forma em que foi organizada num ambiente natural. A partir dessa interação, pode-se compreender o gênero de vida como a ação humana pautada nas possibilidades para transformar o meio visando a organização social e o bem coletivo.

2.2 A REGIÃO ENQUANTO MEIO VIVO

Para buscar um contexto histórico na conceituação de região primeiramente define-se a palavra região. Derivada do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra, etc, (CASTRO, GOMES E CORRÊA, 2003).

De acordo com o que vem proposto na Antiguidade clássica, *Regione* para o império Romano era utilizado para designar áreas que tinham uma centralização política subordinada à Roma, mesmo que tivesse uma administração local.

Isto determinaria apenas uma centralização política, que atuaria em regiões diferentes com relação à espacialidade que poderia mudar nos aspectos físicos, sociais e culturais. Com o fim da antiguidade, no qual se deu com esfacelamento do Império Romano, a subdivisão de áreas se deu com o poder autônomo dos feudos. Diante desta realidade, configuram-se unidades regionais que passaram a ter a representação de diversas regiões.

Mas somente no Renascimento que as discussões em torno dos conceitos de região, nação, comunidade territoriais, diferenças espaciais torna-se evidente. Como Castro, Gomes e Corrêa (2003) percebe-se que o conceito de região perpassa por um contexto histórico, mas que será definido na ciência geográfica, no qual abriga a região como um dos conceitos chaves da Geografia e buscará definir um conceito.

Desse modo, para conceituar a categoria geográfica “região” busca-se autores como Gomes, Castro e Corrêa (2003) e Santos (1985). Primeiramente, os autores Castro, Gomes e Corrêa discutem que a noção de região está além de um campo científico, podendo ser relacionado com outras disciplinas como a Geologia, Matemática e a Biologia.

Tudo indica que antes de haver uma preocupação em definir o conceito foi utilizado no senso comum, estando associada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. No entanto, todo espaço que tinham características físicas em comum, como vegetação, solo, geomorfologia favorecia para a representação de região. Até a Biogeografia que é uma ciência que liga a Geografia e a Biologia no qual procuram relacionar o espaço físico enquanto elemento para a representação de um domínio, como por exemplo, o clima será um fator relevante para a caracterização de uma determinada região porque irá influenciar o solo, a vegetação, o ambiente marinho, entre outros.

A região também pode ser representada por uma unidade administrativa presente nos mapas, neste caso, tem-se o mapa do Brasil que está dividido por regiões sendo estas: região

Norte, Nordeste, Centro-sul. Esta representação política evidencia limites com determinadas características que as distinguem uma das outras.

Antes de a Geografia adquirir importância nas discussões acadêmicas, a Geologia utilizava como um dos conceitos-chaves o conceito de região. De acordo com Castro, Gomes e Corrêa (2003), Vidal de La Blache, em 1903 escreveu o *Tableau de la géographie da la France*, que acabou sendo influenciada por geólogos. Como diz Claval (1987) apud Castro, Gomes e Corrêa (2003) “foi em parte sob esta inspiração da geologia, pela consideração da região como um elemento da geografia física, um elemento da natureza, que surgiu a idéia de região natural”.

Percebe-se que esta influência acabou favorecendo os encadeamentos para a discussão de região, no qual se buscava através de uma unidade fisionômica natural a representação para definir região. Mas diante, desta visão determinista em que a natureza era um fator determinante para as características de uma região, não levando em consideração a ação humana que pode promover através de suas ações gêneros de vida que pode atuar de acordo com as possibilidades promovidas por essa natureza.

Portanto, a visão possibilista coloca a natureza enquanto elemento capaz de moldar certos gêneros de vida, mas sem desconsiderar que a sociedade possui, também, a capacidade de escolha. Diante disso,

A região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz de tudo explicar. Segundo esta perspectiva “possibilista”, as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como morfológica e fisicamente pré-constituídas, mas sim como resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. São assim as forma de civilização, a ação humana, os gêneros de vida, que devem ser interrogados para compreendermos uma determinada região (CASTRO, GOMES e CORRÊA, 2003, p. 55-56).

Desse modo, conclui-se que o conceito de região deve ser pensado através de todas as ações que o homem promove no ambiente, e que a partir dessas ações promove culturas, hábitos, ambiente que podem ser muito ou pouco construído, no qual dependerá do grau de instrução que a determinada sociedade está inserida.

No entanto, percebe-se a importância de inserir na discussão o conceito de região para fornecer embasamento nas discussões de gêneros de vida nas comunidades em estudo, no caso Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio, o conceito de região permite realizar a descrição das características físicas, depois a descrição da estrutura da população e suas atividades econômicas e, por fim, encontrar nestas ações a personalidade específica de cada

sociedade. Como dizem Catro, Gomes e Corrêa (2003), a região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive.

Entende-se que ambos os autores relacionam o conceito de região como a descrição do espaço físico, mas levando em consideração as ações humanas através de atividades econômicas que permitirá com que cada região tenha uma representatividade única no espaço.

As teorizações acerca do conceito de região nos proporciona um conjunto de possibilidades de entendimentos pelo fato de que o conceito em si não pertence a nenhum campo do saber de forma exclusiva. A região pode fazer parte de discussões geográficas, sociológicas e políticas. Alguns autores como Gomes (1996) apresentam a região como um conceito interdisciplinar capaz de promover inúmeras análises aos interessados em desenvolver estudos inerentes às relações do homem com o meio ambiente.

Outro autor que merece atenção é Santos (1985) que analisa o conceito de região sob um prisma epistemológico no qual faz referência a antiga noção de região para a nova conceituação. Primeiramente, o autor afirma que a antiga noção de região deve abarcar as configurações atuais da economia, no qual a internacionalização do capital poderá influenciar as formas em que estão sendo representada cada região. No caso, nos países industrializados a fluidez nos serviços facilitará a conexão com outras áreas limítrofes, facilitando a circulação e melhorando a acessibilidade aos equipamentos coletivos. Com relação, aos países subdesenvolvidos a integração aconteceu de forma tardia, no qual se centralizou em algumas áreas os serviços, a produção, a concentração de capitais subordinando áreas menores com características que restringem os serviços necessários estabelecendo uma relação de dependência com o centro (metrópoles regionais).

Para o novo conceito de região, de acordo com Santos (1985) é a representação de todas as funções da sociedade em um dado momento, dentro de uma região tudo está em constante transformação, define-se da seguinte forma:

A região se definiria, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações acima indicadas. Pode-se dizer que há uma verdadeira dialética entre ambos esses fatores concretos, um influenciando e modificando o outro (SANTOS, 1985, p. 67).

Isto é, a representação do passado através das ações humana, no qual o autor definirá enquanto “fixos” que estão ligados à atividade direta dos produtores individuais com os que foram criados pela sociedade. Mas o que são esses “fixos” são ações políticas, econômicas e

sociais de épocas passadas que são influenciadas e modificadas por transformações ligadas as relações sociais que permitirá possibilidades.

Para La Blache (1954, p. 35) “cada região representa um domínio, onde se reuniram artificialmente seres díspares, que aí se adaptaram a uma vida em comum”. E nesse contexto a região assume para si uma identidade única, possuidora de uma história inédita e com trajetórias que não podem ser repetidas.

A explicação precedente nos leva a refletir que na Vila dos pescadores e em Vila do Bonifácio a construção da identidade se mostra atrelada às condições materiais de existência dos indivíduos em constante interação com os arranjos ambientais. E a história contada em alguns estudos, como a que foi relatada por Maneschy (1993) mostra a organização da comunidade Vila de Ajuruetua com as estruturas sociais e as atividades econômicas voltadas para o meio ambiente que lhe é disponível. Evidencia uma história única inerente à vida e os recursos naturais disponíveis. As práticas desenvolvidas diariamente visam atender às necessidades dos moradores, mas nunca podem ser as mesmas.

Podendo depender da cultura e das técnicas desenvolvidas por cada população que irá influenciar na categoria gênero de vida. Na região criasse “gêneros de vida” diversos, agregasse valores, constroem-se ideias e símbolos, gerações surgem e desaparecem, as relações sociais assumem novos arranjos e as pessoas vivem a sua própria história.

Nas vilas estudadas os símbolos estão por toda parte nas casas e no jeito de ser das pessoas, São Benedito e São Sebastião estão presentes nas manifestações de fé, as tradições bragantinas fazem parte do calendário local e a vida segue um ritmo próprio.

Analisando uma abordagem contemporânea tem-se a categoria gênero de vida similar a categoria modo de vida, nesta visão através de uma relação com a natureza de criar possibilidades de sobrevivência humana, tem-se o modo de vida que cada grupo cria de acordo com os seus valores materiais e imateriais numa determinada região. Destaca-se o que Silva (2006, p. 35):

O estudo dos gêneros de vida e/ou modos de vida, baseiam-se em atividades básicas de sociedades tradicionais, como a pesca, na criação nômade, na agricultura ou em características urbanas de sociedades mais complexas que possuem uma acentuada dependência de suas técnicas.

Desta forma, as técnicas utilizadas por um grupo social representa muita das vezes artesanal ou rudimentar, porque a organização social vai depender dos recursos naturais, das tradições, cultura e valores que serão representados po cada sociedade através de seu modo de

vida. Como Silva (2006, p. 36) “o modo de vida não pode ser entendido sem o modo de produção- as técnicas de produzir e reproduzir o espaço, e muito menos sem analisar os aspectos culturais, pois estes singularizam as sociedades”. As possibilidades que serão estabelecidas pelo homem vai depender de suas ações de como utilizar o recurso disponível através do trabalho e os valores que serão estabelecido por uma determinada sociedade e o grau de desenvolvimento da mesma.

De acordo com Sorre (1984, p. 101) “os mais antigos gêneros de vida prestam-se para a definição dos traços criadores ou organizadores”. Os gêneros de vida ou modo de vida pode ser representado estruturação em que determina sociedade vai se organizando no tempo e no espaço, relacionando os valores que são transmitidos de geração para geração.

Como vem sendo discutido por Silva (2006) o aumento populacional está intimamente ligado ao aumento da produção, no que dependerá da estabilidade e escassez de um determinado recurso. Neste caso, o grupo social precisa representar valores de sustentabilidade dos recursos naturais para que não ameace a sobrevivência do grupo.

Dessa maneira, o gênero de vida pode depender do meio e das ações que o homem executa no meio geográfico. No entanto, com a institucionalização de uma unidade de conservação em um determinado espaço, outros valores devem ser relacionados, mesmo que mantenha um crescimento populacional, mas o modo de produção deve ser analisado para que os recursos disponíveis não sejam alterados. Como afirma Silva (2006, p. 38),

[...] dessa maneira, verifica-se que a questão dos modos de vida de uma dada sociedade sofrem diversas outras influências internas e externas, que fazem com que os modos de vida da população mudem, ou se adaptem, dependendo da necessidade da sociedade”.

Diante disso, o modo de vida tem haver com a categoria gênero de vida porque uma determinada sociedade já mantêm uma reciprocidade com o recurso natural, dispondo de um modo de vida dependendo das técnicas utilizadas e do modo de produção. A influência externa pode criar outros valores dependendo dos interesses. A criação de uma Reserva Extrativista Marinha representa um território institucionalizado que criará formas de relação com o recurso natural e os modos de produção que uma determinada comunidade estabelece com as técnicas desenvolvida pelos mesmos.

3 A CULTURA BRAGANTINA COMO ELEMENTO CRIADOR DA REGIÃO BRAGANTINA

3.1 O BRAGANTINO E SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Ao falar do bragantino, deve-se levar em consideração a cultura religiosa e a relação com as tradições e os valores estabelecidos com a natureza e o gênero de vida de uma população heterogênea. Costa (2009) afirma que a relação entre as pessoas e o meio possibilita a formação de fatores determinantes para a manutenção e desenvolvimento social e cultural.

Com uma população predominantemente urbana (72.621 habitantes/IBGE/Censo Demográfico 2010) e com uma parcela ainda vivendo em uma realidade rural (40.606 habitantes), Bragança transforma-se ao longo do tempo. A distribuição por sexo, dessa população, foi definida da seguinte forma: a) 58.778 homens; 57.386 mulheres, o que indica uma relação de gênero quase equitativa. A densidade demográfica em Bragança é de 55,57 hab/km², o que garante a 9ª posição entre os municípios mais populosos do Estado do Pará. Por outro lado, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2013 foi de 0,600 e o percentual de analfabetos chegou a 15,3%, indicadores que desafiam a gestão política e a sociedade bragantina.

Em meio a esse contexto, a cultura bragantina se expressa, mostra-se em suas variadas paisagens, tanto urbana, quanto rural. As manifestações culturais buscam valorizar todos os traços do imaginário social, materializados nas festividades que acontecem no decorrer do ano. Neste caso, o bragantino que mora na cidade, usufrui das tradições do seu município, mas também passa a cultivar outros valores, como a ida a festa de aparelhagens, o consumo de carne bovina e a expansão do comércio.

Vale refletir sobre os possíveis entrelaçamentos entre o crescimento populacional e urbano com as destruição, criação e recriação de valores, mesmo com o avanço da migração de pessoas que se deslocaram para trabalhar em Bragança ou por conta do crescimento da cidade por meio da oferta de serviços, o que se configura como impulsionador de deslocamentos de pessoas advindos de municípios limítrofes, como Augusto Corrêa, Tracuateua e Capanema.

As manifestações culturais são visíveis no *Carnabragança*¹, realizado no mês de julho, bem como, nas festividades religiosas, em homenagem a São Benedito, dentre outros santos. No *Carnabragança* as fantasias se misturam com traços modernos, por exemplo, o uso de abadá para acompanhar o trio elétrico com bandas nacionais e locais, mas também o uso de carro-som, conhecido como o *bloco do urubu cheiroso*, em que as pessoas se fantasiam com bastante originalidade. Abaixo tem-se duas figuras retiradas de um site de relacionamentos que destacam o Carnabragança:

Figura 2 - Cartaz oficial do Carnabragança 2013



Fonte: facebook.com/Carnabraganca15anos, 2013.

Fotografia 2 - Carnabragança 2013



Fonte: facebook.com/Carnabraganca15anos, 2013.

¹ Carnabragança é uma manifestação cultural que acontece no município de Bragança, no mês de julho de cada ano, as pessoas acompanham trios elétricos com o uso de abadá (uniformização do bloco) e atrações de bandas locais e nacionais.

No decorrer do ano, o povo bragantino vive a “*Cavalgada*” que ocorre nos mês de maio e completa dez anos de história em 2014. Nesse evento, a população vai às ruas para ver a passagem dos cavaleiros e das amazonas, que seguem em passeata pelas principais vias da cidade. Durante à noite, acontece a festividade, nela, as pessoas saem vestidas a caráter, ou seja, com roupas típicas de cavaleiro, e aproveitam as atrações que ali se apresentam com bandas e fogos pirotécnicos.

No segundo semestre, tem-se a festividade de São Benedito, com procissões e o círio, que acontece no mês de dezembro, esse evento mobiliza grande parte da população que busca atrelar, em alguns casos, aproximar, religião e mercado, visando à venda de roupas de marujada, manifestações no teatro da marujada, e a atração do turismo que se intensifica nesta época religiosa. Todos esses complexos culturais envolvem o povo bragantino, desde o tacacá de todas as tardes, até o passeio durante os domingos, na praia de Ajuruteua.

Fotografia 3 - Festividade de São Benedito



Fonte: diarionline.com.br de 26/12/2013 (Acesso em 03/06/2014)

O município de Bragança apresenta uma variedade cultural que está representada por traços religiosos, mas também natural, haja vista que, por intermédio do rio Caeté, a cidade ficou conhecida como a “pêrola do Caeté”. Ademais, a praia de Ajuruteua, é um dos pontos turísticos do município, embora não esteja preparada para absorver muitos turistas, devido à falta de investimento na infraestrutura desta localidade. Como afirma Seabra (2003) “a falta de planejamento e gestão sustentáveis das áreas turísticas faz da visita uma aventura, colocando a conservação de importantes patrimônios ao desejo da sorte”. É o que vem acontecendo com a praia de Ajuruteua, visto que o avanço da maré vem destruindo pousadas,

a própria orla, o que, por conseguinte, coloca em risco esse patrimônio turístico e a vida das pessoas, que estão nesse entorno e que vivem do que esses espaços proporcionam.

O turismo é uma atividade que envolve a cultura do município de Bragança, mas também a multiplicidade de sujeitos, por conta do avanço dos serviços, como a implantação de universidades, o comércio que se ampliou nesta localidade, e a construção da rodovia, que substituiu a extinta Estrada de Ferro Belém-Bragança. A referida rodovia permitiu o crescimento populacional, que de alguma forma criou novos valores como as “festas de reggae”, em que os jovens se deslocam para a praia de Ajuruteua, durante a noite, para dançarem ritmos musicais que não são característicos da sua tradição, permitindo a valorização de uma cultura que pode ser influência proveniente do Maranhão, estado vizinho do Pará, no qual existe uma destacada cultura musical do *reggae* e do *forró*.

Como diz Costa (2009, p. 55) “[...] outros povos que entraram em contato com a cultura indígena, como no caso dos europeus e mais tarde por parte dos nordestinos contribuíram com essa gama de conhecimento existente até hoje”. A diferença do povo bragantino é que mesmo que tenham surgido outras culturas, as raízes culturais são muito valorizadas pela população que vive neste município, e a autoidentificação desse povo é evidente para quem vai visitar ou morar nesta localidade.

Ao se entender como um elemento dinâmico, que constrói e desconstrói relações entre homem e natureza, busca-se compreender o que acontece naquela cidade. Entretanto, como explica Laraia (2001) seria necessário um tempo para apreensão desse complexo sistema simbólico em profundidade, para se entender as inter-relações entre a paisagem e as manifestações culturais existentes em Bragança. O autor supracitado explica que entender a dinâmica de um sistema cultural é relevante para minimizar o choque entre gerações e evitar comportamentos preconceituosos.

Nesse sentido a cultura pode ser entendida como “um estilo de vida próprio, um modo de vida particular, que todas as sociedades possuem em que caracteriza cada uma delas” (OLIVEIRA, 2001, p. 135). O que move a “Cavalgada” bragantina? Quais suas origens? Por que a população local se manifesta de forma tão intensa para esse evento cultural? Essas e outras perguntas podem ser feitas para as demais expressões culturais que ocorrem em Bragança, como a “Marujada”, a “Festividade de São Benedito”, o “Carnabragança” e o “Forrozão do Oda”, do qual se discutirá posteriormente.

A cidade de Bragança apresenta características sociais, históricas e culturais interligadas com sua realidade natural. Por exemplo, pode-se citar a pesca enquanto atividade

reforçada pela presença do Rio Caeté, que fomenta um intenso comércio de pescado na orla do centro da cidade.

No centro comercial de Bragança existem muitos estabelecimentos que comercializam produtos para a atividade pesqueira, que associado a infra-estrutura (Mercado de Peixe e feiras) promovem o ciclo de demanda-oferta fortalecendo a economia local. E a cultura da população bragantina atrela-se aos diversos significados que os elementos naturais assumiram ao longo de sua história. Na arquitetura da cidade, observa-se a religiosidade fortemente marcada pela imagem de São Benedito, que recebe uma dança especial denominada de “Marujada” que vem a cada ano ganhando mais adeptos. E nas festividades locais, nota-se a interseção de culturas tradicionais e modernas, como por exemplo, o “Forrozão do Oda”.

Durante o mês de junho acontece “*O Forrozão do Oda*”, que em 2014 completa onze anos, uma festa que se tornou tradicional e envolve os bragantinos e a população que mora nas proximidades do município. A rua central conhecida como Nazeazeno Ferreira (essa via pode ser comparada com a Av. Almirante Barroso, em Belém) é isolada, e o espaço é dividido com 3 ou 4 parelhagens e as pessoas podem optar pelo tipo de música que mais apreciam. O que se nota nessa manifestação é a variedade de sons, cheiros e imagens que se modificam em cada ambiente.

Bragança tornou-se uma cidade com expressão turística no Estado do Pará, sua localização, à margem do rio Caeté, favorece as redes de hotelaria, restaurantes e estabelecimentos comerciais instalados de frente à orla. E, a população que vive na cidade de Belém, ou em outros interiores, desloca-se à Bragança em busca das belezas naturais e eventos tradicionais. Além disso, a cidade localiza-se a 36 km da praia de Ajuruteua, que apresenta uma beleza de águas oceânicas, atraindo muitos turistas, visto que instiga o imaginário de seus frequentadores.

Longe de se fazer aqui um estudo etnográfico à altura dos antropólogos e sociólogos, deixa-se o informe de que durante dois anos (2011-2013) pretendeu-se observar a dinâmica da cidade para “captar” essa dimensão cultural no espaço da cidade de Bragança, isso se deu em participação *in loco* de algumas das manifestações culturais relatadas aqui. Além disso, a paisagem integrada às necessidades de subsistência dos moradores mais distantes do centro urbano instigam a curiosidade científica na procura das relações existentes entre a natureza e a sociedade. E no núcleo urbano de Bragança percebe-se um conjunto arquitetônico do início de século XX disperso em prédios e casas antigas. A religiosidade permeia a vida dos bragantinos e suas manifestações culturais, bem como, as relações de gênero bastante visíveis nos grupos que se apresentam, como por exemplo, a atuação das mulheres na marujada.

Ao se abordar a cultura bragantina, depara-se com a questão da diversidade de suas manifestações. Nesse sentido, corroborando com Sodré (2006, p.50) “a percepção da diversidade vai além do simples registro da variedade das aparências, porque o olhar; ao mesmo tempo em que percebe, atribui um valor”. O referido autor distingue *diversidade* e *diferença*, mostrando que este último evoca o preconceito, o racismo, a violência, a inclusão e a exclusão; quanto àquela entende-se que é algo mais a ser sentido do que entendido pelo pensamento racional. A simples comparação não diz nada sobre a diversidade. Os homens não são iguais nem desiguais, mas coexistem na sua diversidade de repertórios, hábitos etc. Na modernidade tardia, subtrai-se ao racional, reporta-se à memória, ao ritual, à lenda. Disso resulta a alegria de viver, os jogos de linguagem, o reconhecimento sensível da diversidade e o respeito à liberdade do outro. Parece que a afetividade possui estratégias em que o saber se constitui.

Em Bragança nota-se essa “alegria de viver” quando as manifestações culturais se aproximam. A população do município se mobiliza para participar dos eventos anuais. A cidade é transformada, as casas são enfeitadas, as pessoas se preparam para sentirem sua cultura local, percebe-se um “solidariedade” entre os moradores, mesmo entre os que não se conhecem.

Nesse sentido, Lévi-Strauss (1986, p. 31), reforça que:

[...] desde o nascimento e provavelmente mesmo antes, os seres e as coisas que nos rodeiam montam em cada um de nós um aparelho de referências complexas que formam sistema: condutas, motivações, juízos implícitos que, mais tarde, a educação vem a confirmar pela visão reflexiva que nos propõe do devir histórico da nossa civilização.

Os elementos materiais e imateriais estão fortemente presentes na vida das pessoas, na cidade de Bragança, bem como, nas vivências estabelecidas pelas pessoas nas vilas estudadas que estão incluídas na cultura bragantina, marcada pela religiosidade e a devoção a São Benedito, bem como, pela marujada e cavalgada, que ocorrem todo ano.

Em Bragança a tradição católica está presente em algumas manifestações religiosas, como a festividade de São Sebastião, comemorada no dia 20 de janeiro. A festividade segue um roteiro planejado que se inicia nos dias 18, 19 e 20, ocorrendo o “tríduo” que é a ladainha com três dias de duração. A procissão acontece no dia 20 e sai da Igreja Matriz, percorrendo as principais ruas da cidade e retorna ao seu ponto inicial.

Os bragantinos também realizam procissões para homenagear a data de Corpo de Cristo (na Semana Santa) e também o Círio de Nazaré (segundo domingo de novembro) com

duração de oito dias de comemoração e durante essas expressões religiosas, existem manifestações profanas representadas por arraiais, leilões, dentre outras.

Identifica-se que a manifestação religiosa de maior expressão é a festividade de São Benedito, uma das maiores e mais antigas do município, que data de 1798. As suas comemorações iniciam no dia 18 de dezembro e seguem por nove dias, com atuação do poder municipal, da Igreja e da população local em festas com a participação de bandas musicais.

É durante a festa de São Benedito que acontece a Marujada, que é a maior manifestação de cunho cultural, do Município. Divulgada todo ano pelos canais de comunicação do estado, a Marujada ganhou repercussão nacional.

Atualmente, a cidade de Bragança expandiu-se para além do caráter religioso. O gênero de vida dos bragantinos agrega muitos valores, dentre eles, o econômico. O universo da atividade pesqueira em Bragança é visível aos visitantes, em especial aos frequentadores, do mercado municipal, que é circundado por uma ampla feira popular, com diversos produtos da região e também de estabelecimentos comerciais advindos da capital. Geralmente, a população que mora longe do centro de Bragança vende o excedente no mercado central ou na feira, em contrapartida faz uso desses mesmos para comprar frutas, hortaliças, carne, produtos alimentícios em geral, além de comprar roupas que são expostas no mercado de Bragança.

Em relação à categoria gênero de vida, tem-se que levar em consideração, nesta análise, sobre a categoria gênero de vida a questão dos ritos relacionados às práticas das pessoas, porque eles são tão importantes quanto o uso dos instrumentos voltados para as práticas da pesca, da agricultura etc. No passado, Maneschy (1993), ao estudar a pesca desenvolvida na Vila de Ajuruteua constatou que esta era artesanal, porque se utilizava de técnicas como a salga do peixe para mantê-lo próprio para o consumo, além disso, o gelo era também usado para a conservação das espécies pescadas.

Percebe-se que gradativamente as técnicas utilizadas para a pesca nestas comunidades vão se aperfeiçoando juntamente com as tradições que são repassadas, geralmente de pai para filho, dessa forma com o aumento do consumo da pesca, a comunidade terá que se adequar a esta nova realidade ou perderá mercado para as empresas de pesca.

Isto também pode ser relacionado com a criação da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu, na qual criou-se metas de conservação desse pescado, mas ao mesmo tempo promovendo melhoria na qualidade de vida da população. No entanto, a comunidade Vila dos Pescadores terá que se adaptar à novos gêneros de vida, se baseando nas metas que deverão ser assistidas por toda a comunidade que está localizada no limite de uma unidade de conservação especificamente uma Reserva Extrativista Marinha.

3.2 A REGIÃO BRAGANTINA

Durante o período colonial, o atual município de Bragança era ocupado por franceses da cidade de *La Ravardiere*, que por volta de 1613, após a conquista do Maranhão, vieram à Amazônia para ampliar seus domínios e acabaram se instalando na margem esquerda do Rio Caeté.

Desde então, a história de ocupação envolveu franceses, portugueses e espanhóis, esse descritivo pode ser obtido no documento “Estatísticas do Município de Bragança”, editado pelo governo do Estado do Pará em 2007, com informações sobre as ocupações e transformações que ocorreram em Bragança. Conforme consta no referido documento:

Em 1753, o povoado de Sousa de Caeté foi erigido em Freguesia, com o nome de Nossa Senhora do Rosário. Mas coube ao governador e capitão-general do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dar-lhe os foros de Vila, instalando o Município com o topônimo português de Bragança.

Em 1760, foi instalada a primeira Câmara Municipal de Bragança, presidida por José Quitério da Costa.

A adesão do Município de Bragança à Independência do Brasil ocorreu logo depois da adesão de Belém, em 1823, por interferência de Domingos José de Souza que, na época exercia o cargo de juiz ordinário (PARÁ, 2007).

A cidade de Bragança foi criada pela lei Provincial nº 252, de 2 de outubro de 1854, como sede do respectivo Município tendo como seu primeiro Intendente José Caetano Pinheiro, que foi eleito durante o primeiro triênio republicano de 1891 a 1893.

Em fins do século XIX a cidade de Bragança era tida como um “celeiro” para Belém e para a cidade de Salinas. Para tanto, objetivou-se a construção de uma ferrovia em 24 de junho de 1883, era a “Estrada de Ferro de Bragança”, que foi inaugurada em 1908.

À época de funcionamento da estrada de ferro de Bragança contribuiu para o progresso econômico do município e de grande parte da zona bragantina. Fato esse que evitou problemas mais sérios quando do declínio do ciclo da borracha na Amazônia.

O território bragantino sofreu, durante esse período, ampliações e reduções, em que alguns municípios que hoje são separados dele, já fizeram parte do município de Bragança, como é o caso de Augusto Corrêa, que se emancipou em 1961.

Outros desmembramentos mais recentes se sucederam, como se observa:

Em 1991, pela Lei nº 5.688, de 13 de dezembro, o município de Bragança teve parte de seu território desmembrado para a criação do município de Santa Luzia do Pará. Em 1994, no dia 29 de setembro, teve novo desmembramento de suas terras, para criar o município de Tracuateua. Atualmente o município de Bragança é integrado pelos distritos de Bragança (sede), Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Piabas e Tijoca (PARÁ, 2007).

Percebem-se, em Bragança, alguns objetos técnicos que atualmente estão instalados, tais como: a rodovia PA-458, a indústria de pesca, a Universidade Federal do Pará, o Instituto Federal do Pará, hotéis, restaurantes, bancos, hospitais públicos e privados, dentre outros. Esses dinamizam a economia da região que sempre foi muito procurada por turistas, devido ao incremento propagandístico em torno da praia de Ajuruteua.

Diante disso, verifica-se um crescimento populacional no município devido a essas instituições de ensino, citadas anteriormente, nas quais verifica-se até mesmo o deslocamento diário de populações que vêm de Augusto Corrêa, Tracuateua dentre outros, para estudarem ou utilizarem os serviços que foram citados, além da relação com esta população e o mercado de Bragança para a compra e venda de produtos em geral, desde peixe, até a compra de roupas no comércio central do município.

Na teoria lablachiana, o gênero de vida agrega em sua compreensão à esfera cultural. Dessa forma, compreende-se que o gênero de vida do bragantino está atrelado às manifestações religiosas e aos traços culturais que envolvem o imaginário de quem vive na “pêrola do Caeté”.

Isso envolve desde a dança da marujada em que crianças e idosos se reúnem no teatro da marujada para demonstrar a cultura que envolve os bragantinos, essa dança envolve quem assiste porque todos dançam no ritmo integrado, agregando um valor cultural muito importante para os brangantinos.

Quando se refere ao gênero de vida de uma população que mora nas proximidades da praia, este fator também se torna crucial no envolvimento dos brangantinos com a praia de Ajuruteua, a qual representa um forma de lazer para quem vive nesta localidade. Isto foi concretizado com o investimento nos meios de transporte e com a construção da estrada que liga Bragança até Ajuruteua.

Os brangantinos apresentam os seus valores culturais nas danças, no lazer, nas festividades, demonstrando que tanto os aspectos naturais, como os culturais entrelaçam-se e influem no gênero de vida.

4 ÁREA DE ESTUDO: CARACTERIZAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO

4.1 ÁREA DE ESTUDO: VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO

As vilas que serviram de área de estudo ficam às proximidades da praia de Ajuruteua e distam 36 km do centro de Bragança. O acesso se dá pela rodovia estadual PA-458, o trajeto é assinalado por seis pontes que passam sobre furos. Esses são denominados de: Furo do Taicí; Furo da Ostra; Furo do Meio; Furo do Café; Furo Grande e Furo da Estiva.

No período de produção inicial desta dissertação, foi constatado que apenas uma ponte era de concreto armado, a do Furo Grande. Essa condição oferecia segurança para os transeuntes e automóveis. As outras pontes eram de madeira e com sérios problemas de conservação, apresentando risco às pessoas e aos automóveis que as trafegavam. Desta feita, o risco de desabamento era tão alto que só se passava um carro por vez.

Em 2012, os moradores da Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio, já cogitavam que o Governo do Estado iria construir novas pontes de concreto em substituição às antigas. No ano de 2014, observou-se que as pontes foram reformadas, sendo que houve substituição dessas por pontes de concreto. E até a conclusão dessa investigação essas pontes ainda estavam em acabamento.

O custo de cada uma dessas obras ficou em torno de 1.500.000 (Um milhão e quinhentos mil reais) conforme dados da Secretaria de Transportes do Pará (PORTAL, 2013).

Mas como se deram as mudanças estruturais que atingiram essas comunidades? O resgate dessa história foi obtido no documento “Plano de Manejo”, Volume 1, publicado pelo ICMBio em 2012. Neste, têm-se os relatos dos moradores do Pólo Ajuruteua, que em “oficinas participativas”, recontaram essa história.

Agrupou-se, no quadro 1, a seguir, as principais mudanças socioambientais decorrentes de investimentos em infraestrutura, conforme os relatos dos moradores participantes das oficinas promovidas pelo ICMBio.

Quadro 1 - Relatos dos moradores do Pólo Ajuruteua

Ano	Descrição
1974	Para construir a estrada que liga Bragança até Ajuruteua, começou o aterro, e com a construção da estrada uma parte do mangal morreu, antes da estrada tinha muito caranguejo e peixe, pois facilitava a pesca e não precisava ir tão longe para poder pescar.
1983	A estrada que liga Bragança a Ajuruteua foi inaugurada, ajudando no acesso para Bragança, com essa integração aumentou a pesca e a quantidade de pescadores. A pesca e a salga eram de forma coletiva; tão grande, era a quantidade de peixe, que se “comprava na pá”.
2004	Chegou a pesca de ferro. Começou a formação tanto da Colônia quanto do Sindicato dos Pescadores, e que passou a reivindicar melhorias para a pesca. A integração não só modificou a pesca, como permitiu o avanço do turismo na praia de Ajuruteua, mas a praia não tinha estrutura para absorver tantos turistas. As pontes ruins também eram um dos indicativos de não investimento no turismo.
2005	Com a chegada dos maranhenses houve outras técnicas pesqueiras do arrasto para rede parada que pegava mais peixe. No período de 2004 a 2009 a qualidade dos peixes de 2ª foi aumentando. No ano de 2005 acresceu a quantidade de embarcações de 325 para 496.
Hoje	A água de Ajuruteua é muito ruim. Porém os moradores consideram que viver nestas comunidades é bom. O turismo já faz parte da renda da comunidade. A atividade pesqueira desperdiça os peixes que são miúdos, e para se retirar o caranguejo precisa andar muito, no entanto a pesca está comprometida mesmo com a Resex.

Fonte: Adaptado do Plano de Manejo, vol. 1, da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, 2012.

Os relatos dos moradores revelaram que algumas transformações socioambientais ocorreram durante o processo de integração de Bragança à praia de Ajuruteua. De acordo com eles, o turismo aumentou; novas fontes de renda foram pensadas por investidores externos e moradores locais. Houve, ainda a abertura de bares, de pequenos comércios, a criação de pousadas, a proliferação de trabalhadores informais e uma rede de prestadores de serviços nos estabelecimentos gerados por essa dinâmica, por exemplo, cozinheiras e garçons que atuam nos bares da localidade.

A comunidade “Vila do Bonifácio”, corresponde a uma área de 24,1 há; está constituída sobre formações geomorfológicas de dunas móveis, dunas permanentes e paleodunas; a instalação da comunidade, na área, foi entre 20 e 30 anos atrás. Enquanto que a Vila dos Pescadores apresenta uma área de 10 ha, composta por formações geomorfológicas de dunas costeiras e dunas móveis. Trata-se de uma ilha, separada pelo canal conhecido como “Furo do Maguari”. Esta área foi ocupada há mais de 100 anos (ABDALA, SARAIVA E WESLEY, 2012).

A vegetação que margeia a rodovia PA-458 caracteriza-se pela existência de “mangue” e “campos alagados”², conforme demonstrado pelas fotografias 1 e 2. A referida vegetação foi estudada por alguns pesquisadores que a identificaram da seguinte forma:

A vegetação da planície costeira bragantina é caracterizada pela ocorrência de mangues que ocupam 95% de toda a área costeira. Os gêneros dominantes são *Rhizophora*, *Avicennia* e *Laguncularia*. Associados a esta vegetação, ocorrem *Spartina* sp. e *Conocarpus* L. A vegetação de campo nos pântanos salinos é predominantemente *Alecharias* sp. (juncos), enquanto que nos cheniers e campos de dunas observa-se vegetação arbustiva. (SOUZA FILHO E EL-ROBRINI, 1996 apud SOUZA FILHO, 2001, p.134)

A observação em campo corrobora as informações dos autores supracitados, como se verifica nas fotografias 4 e 5 abaixo:

Fotografia 4 - Vegetação no ecossistema de manguezal



Fonte: Fotos da autora, janeiro de 2012.

² Os moradores chamam essa paisagem de “campo de salina”.

Fotografia 5 - Campos alagados ou “Campo de salina”, próximo da estrada



Fonte: Fotos da autora/janeiro de 2012

As atividades produtivas, como a pesca e a extração de crustáceos, já faziam parte da vida social das comunidades das vilas dos Pescadores e do Bonifácio. Contudo, o trabalho manual era a principal técnica de lidar com a natureza, o que não acarretava muitos prejuízos ao meio ambiente. E, com a chegada da inovação tecnológica, via “pesca industrial”, novas técnicas foram introduzidas, como relatam Abdala, Saraiva e Wesley (2012, p. 47)

A pesca na região bragantina é exercida por grupos de pescadores com diferenças na capacidade e autonomia de produção e formas de captura e organização. A frota pesqueira que opera no estuário amazônico e litoral norte assume, indistintamente, característica artesanal e industrial, explorando elevada diversidade de espécies para abastecer desde as comunidades locais até o mercado internacional. Diferencia-se no local a pesca organizada pelos armadores e empresários da pesca artesanal de pequena escala, limitada aos estuários, furos, “croas” e ilhas de até 1 milha náutica da costa. Essa é a pescaria que atua na RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.

A atividade pesqueira tradicional é desenvolvida em pequena escala, próximo ao estuário, nas cabeceiras dos rios e igarapés, e visa ao autoconsumo. O peixe tem dimensões menores, conserva-os em sal. Em contrapartida, como relatam Abdala, Saraiva e Wesley (2012) “o pescado, em geral, de maior porte, onde se destacam poucas espécies, como a pescada amarela, serra e o pargo, peixes nobres e de significativo valor comercial, estão principalmente destinados à venda para exportação”.

A história da Vila dos pescadores atrela-se à questões sociais, ambientais, políticas e econômicas. Essa história conjuga-se à de Bragança, que por sua vez, faz parte de uma lógica

de ocupação mais ampla, a da Amazônia, que conforme Loureiro (2009) foi marcada por políticas elitistas, tensões e antagonismo, criação de movimentos sociais, uma economia estratificada, exploração da natureza, relações sociais de exploração e a construção e fortalecimento de uma mentalidade colonial.

A vila do Bonifácio, surge logo após ao “Furo Grande”, caminhando cerca de 1km, em direção à costa, chega-se à Vila dos Pescadores.

O relato histórico do surgimento da Vila dos Pescadores baseia-se em Maneschy (1993), que descreve a formação inicial desse espaço. Segundo a autora referida, com a chegada de famílias migrantes do Nordeste brasileiro, especificamente da cidade de Sobral, no Ceará, a costa litorânea do município de Bragança passou por um processo de ocupação. Um dos motivos dessa migração era a seca vivenciada pelas pessoas em suas terras originárias.

No intervalo de dois anos, em 1913 e 1915 a chegada de migrantes se desenvolveu juntamente com a colonização bragantina. A este respeito, Maneschy (1993, p. 5) afirma que:

As duas famílias foram inicialmente para uma das colônias agrícolas do município de Bragança. Dirigiram-se a Ajuruteua para tentar a vida na pesca, passados dois anos de sua instalação na colônia quando terminara o apoio financeiro que o governo concedia aos colonos. A comunidade pesqueira iniciava-se, assim, com a migração de colonos oriundos da roça.

Essas famílias se alimentavam da pesca e de frutos do mar, como por exemplo, o camarão, o caranguejo e o sururu.

Em relação à origem da Vila do Bonifácio, sabe-se que sua história liga-se às alterações ambientais que ocorreram no passado. As pessoas foram obrigadas a se afastar cada vez mais da costa por conta do avanço do mar.

De acordo com Maneschy (1993) a Vila dos Pescadores situa-se em uma ponta de terra entre mangais, as águas de um furo (Furo Grande ou Furo de Ajuruteua) e o mar, justamente por está localizada nesta confluência de rios e marés, o movimento das marés e a ação erosiva vem diminuindo a extensão de terra, na qual esta população está inserida, fazendo-a se deslocar para terrenos mais firmes, como se demonstra, nas fotografias 6 e 7.

Fotografia 6 - Litoral da Vila dos Pescadores



Fonte: Fotos da autora/junho de 2012

A fotografia revela o avanço das águas do oceano atlântico e a vegetação; nota-se assim, vestígios de casas destruídas por esse processo ambiental. Isso vem promovendo uma mobilidade social para a Vila do Bonifácio. Maneschy (1993) registrou que o avanço da maré contribui para o processo de afastamento da comunidade para terrenos mais firmes.

Fotografia 7 - Vila dos pescadores e formas de subsistência dos moradores



Fonte: Fotos da autora/junho de 2012

Na fotografia 7, tem-se a visão de formas de organizações sociais desenvolvidas pela comunidade da Vila dos Pescadores. O sistema de distribuição de água constitui-se por poços artesanais, magueiras e uma bomba centrífuga que impulsiona a distribuição da água às residências. Constatou-se que a “comunicação” apresenta-se como uma dificuldade nas comunidades. Isso foi resolvido, por alguns moradores, com a instalação de antena parabólica para a recepção de sinal de televisão.

Para Maneschy (1993), o processo erosivo contribui para as derrubadas de casas, em especial as que ficam à margem do Furo Grande, principalmente no mês de março, que representa na Amazônia período das águas grandes, coincidindo com o período chuvoso e marés altas. Nos anos de 1990, a população que estava sofrendo com o avanço das marés, buscavam soluções para uma área chamada Ilha do Bonifácio, que se localiza a cerca de 4 quilômetros da praia de Ajuruteua. Sobre isso, Maneschy (1993, p. 9) afirma que:

Porém, esbarram num fato novo: o lugar para onde pretendem ir já mudou de estatuto jurídico e fugiu as normas tradicionais de apropriação. Ele foi ocupado por uma empresa imobiliária que aí desenvolve um projeto de loteamento. Existe alguma mobilização dos moradores no sentido de que o Estado desapropriar a área ou promova algum acordo com os ocupantes, visando garantir a transferência.

Percorrendo a rodovia PA-458, no sentido Bragança-Ajuruteua, depara-se com uma “placa indicativa” da vila dos Pescadores, muito embora seja a Vila do Bonifácio a primeira a ser avistada ao se passar pela rodovia (ver fotografia 8). A “fronteira” entre a Vila do Bonifácio e Vila dos Pescadores se dá por uma ponte de concreto sobre o Furo do Maguari (ver fotografia 9).

Fotografia 8 - Placa indicativa da chegada à Vila dos Pescadores



Fonte: Fotos da autora, 2012.

Percebeu-se que a Vila do Bonifácio fica mais afastada do litoral, e a Vila dos Pescadores mais próxima à praia, sofrendo os impactos das mudanças da maré.

Fotografia 9 - Ponte que liga Vila do Bonifácio e Vila dos Pescadores



Fonte: Fotos da autora/janeiro de 2013.

A ponte de concreto mostrada acima tem, diariamente, em suas laterais, barcos de pesca atracados para embarque e desembarque de pescadores. Ao fundo, e ao centro, da foto tem-se o início da Vila dos Pescadores. Essa ponte facilita o acesso terrestre de transeuntes, ciclistas e automóveis.

Existe certa similitude nas construções das moradias das vilas. Contudo, em Vila dos Pescadores, a proximidade da maré, deixa os moradores mais susceptíveis a problemas ambientais, por exemplo, o acúmulo de lixo, proliferação de mosquitos e água parada.

4.2 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO

A área de estudo está sob uma morfologia que corresponde à unidade morfoestrutural do planalto rebaixado da Amazônia (da zona bragantina), constituído pelas áreas tabulares (formação barreiras) áreas levemente colinosas (cristalino) e áreas de planícies fluviomarinha, onde se destacam as ilhas de praias e manguezais (PARÁ, 2007, p.9).

As pesquisas realizadas sobre a vegetação da planície costeira de Bragança, concluíram que, 95% é composta por mangues (SOUZA FILHO E EL-ROBRINI, 1996 apud SOUZA FILHO, 2001). Entretanto, ao se referir à vila dos Pescadores e à vila do Bonifácio, deve-se entender que o manguezal é utilizado, em grande parte, visando à subsistência, não havendo uma relação direta com o ecossistema para extrair o recurso e adquirir renda. Em outras comunidades, localizadas na porção mais continental, percebeu-se atividade no manguezal divergente com o que é estabelecido no manuseio do recurso pela legislação da unidade de conservação.

Segundo o relato do presidente do ICMBio, o uso do manguezal, pelas comunidades em estudo, está destruindo o ecossistema mais ainda pela utilização errada. Ocorrem desmatamentos que vêm prejudicando os recursos disponíveis e a vida contida nele. De acordo com Abdala, Saraiva, Wesley (2012, p. 67):

A questão do seguro defeso para os caranguejeiros é uma pauta frequente de reivindicações entre os usuários da RESEX. A atividade de coleta de caranguejo não é beneficiária de nenhum tipo de seguro que garanta o sustento profissional durante o período em que a pesca é proibida, algo muito almejado e solicitado pelos catadores, não apenas nesta região, mas em todo Brasil.

Neste sentido, como posto pelos autores supracitados, a coleta de caranguejo ainda traz consequências negativas, não permitindo a perpetuação das espécies já que são retirado muito pequeno, mas também a utilização irracional do manguezal. Embora as comunidades em estudo, não utilizem o recurso como principal fonte de renda. Desta forma, o ecossistema de manguezal apresenta vegetação densa e, pouca alterada, em virtude de não ser utilizado como atividade principal por essas comunidades.

Nas fotografias 10 e 11 tem-se alguns aspectos da Vila dos Pescadores, como a configuração das casas, das ruas e do avanço da maré.

Fotografia 10 - Vista parcial da Vila dos Pescadores



Fonte: Fotos da autora, 2014.

Fotografia 11 - Maré próxima à Vila dos Pescadores



Fonte: Fotos da autora, 2014.

A fotografia acima revela o avanço da maré na parte litorânea da Vila dos Pescadores, forçando moradores a procurarem outros lugares para se acomodar, crescendo, preferencialmente, espaços na Vila do Bonifácio. À direita da imagem tem-se uma casa abandonada que está sendo destruída pelo mar e à esquerda a presença de alguns barcos que realizam atividade de pesca artesanal.

A fotografia 12, indica o início da Vila do Bonifácio, na qual há uma pequena praça com formato circular, que está precisando de uma revitalização pelo poder público municipal. Na vila do Bonifácio percebeu-se que algumas habitações são de alvenaria, outras são de

madeira, ou seja, não existe um padrão habitacional no local. Há, também, a ocorrência de casas com dois pavimentos.

Fotografia 12 - Vista Parcial da Vila do Bonifácio



Fonte: Fotos da autora, 2014

Identifica-se que a planície costeira bragantina, na qual estão situadas as duas vilas, apresenta “[...] estrutura geomorfológica com ambientes de pântanos salinos (interno e externo), planície de maré (manguezais de supramaré e intermaré e planície arenosa com baixios de maré), *cheniers*, dunas costeiras e praias” (SOUZA FILHO E EL-ROBRINI, 1996 apud SOUZA FILHO, 2001).

A teorização lablachiana nos permite entender que o meio faz uma interseção com o social. Dessa forma, pode-se afirmar que as condições ambientais da área estudada, contribuíram para as formas de organização social, inclusive na questão habitacional.

Em 2012, durante pesquisa de campo, registrou-se a planície de maré associada com a vegetação de mangue, como se observa na fotografia 13. A água que banha essa vegetação vem do rio Maguari, servindo tanto à navegação, quanto à subsistência dos moradores.

Fotografia 13 - Planície de maré (manguezal)



Fonte: Fotos da autora, 2012.

A Resex Marinha de Caeté-Taperaçu é banhada pelo Oceano Atlântico e recebe influência do rio Caeté. E Gorayeb, Lombardo e Pereira (2009), descrevem que a bacia hidrográfica do Rio Caeté possui 2.195 km² de área. O rio principal (Caeté) fica aproximadamente a 149 km das nascentes localizadas no município de Bonito. A foz fica nos limites dos municípios de Bragança e Augusto Corrêa.

Conforme Abdala, Saraiva e Wesley (2012, p.96) fazem parte da hidrografia da RESEX Marinha Caeté – Taperaçu:

[...] o Rio Maniteua, Manitil, Igarapé do Ferreira, o Rio Taperaçu e o Rio Caeté (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 1998 – apud Diagnóstico Fase 1) este com seus afluentes – o Genipaú-Açu, Rio Água Preta, Rio Arapapucú, Rio do Treme, Rio Grande, Rio Arojivou – Igarapé Santana, Rio de Chauí, Rio Andirá, Rio Jejuí, Rio Genipaú-Mirim, Igarapé Simão, pela margem direita e o igarapé Caixa D'água, Rio Chumucuí – Igarapé Cajueirinho, Rio Cutitinga, Rio Cipó- Apara, Rio Catixingu, Igarapé Jutai, Igarapé Anaureá, Igarapé do Meio e Igarapé Açaiteua pela margem esquerda (Diagnóstico Fase 1)

Nas vilas em estudo os rios Caeté e Maguari recebem influência da maré. Diante disso, no momento da preamar, o rio Maguari é abastecido e a população que mora nas vilas pesca o peixe específico desta localidade, que é o *bagre*.

Os autores citados anteriormente, informam que:

[...]os campos inundáveis são ecossistemas abertos, periodicamente inundados, dominados por uma vegetação herbácea, com baixa riqueza específica tendo representantes significativos nas famílias *Cyperaceae* *Poaceae*, entre outras. Podem ser reconhecidos como 'pântanos salinos' ou 'campos naturais', como são tratados no município de Bragança (Abdala, Saraiva e Wesley, p.45).

Dessa forma, as comunidades estabelecem relações sociais a partir do recurso que lhes é disponível, o que reforça a definição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) sobre comunidades inseridas em reservas extrativistas, ou seja, está relacionado a um sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis (BRASIL, 2000).

Paulo Netto (2011) analisando alguns pontos do pensamento marxista relembra que os homens são produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde. Isso fica evidente ao se estudar o modo como os moradores se ajustam socialmente ao meio.

Diante das discussões, e das observações realizadas, a proximidade entre a Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio reforça a coletividade. Como já observara Maneschy (1993, p.6):

O peixe, item básico da alimentação, juntamente com a farinha – que é comprada – também é garantido à maior parte da população, pois os pescadores, ao retornarem das pescarias, trazem à bóia (parte da produção destinada ao consumo da casa), ocorrendo ainda com alguma frequência à ajuda entre vizinhos.

Essa dinâmica reforça a relação de cooperação, uma das características da vida em comunidade. Mas, nem tudo é novo, mesmo antes da instalação da Reserva Extrativista, os moradores já mantinham uma relação extrativista com a natureza e com prática pesqueira voltada à subsistência.

Atualmente verifica-se que estas comunidades são caracterizadas como extrativistas, além de exercerem a pesca. As técnicas produtivas não se alteraram até os dias atuais, porque aqueles agrupamentos de pessoas ainda se utilizam de técnicas tradicionais, como a salga do peixe, mesmo com o advento do congelamento do pescado para conservação, ainda existem relatos de pescadores que utilizam o sal, juntamente com a secagem do peixe, para mantê-lo conservado. Além disso, há, ainda, os usos de redes de lance e, currais para conseguir desenvolver a pesca.

Nota-se que a catação do caranguejo também é desenvolvida para uso da própria subsistência, mas que não se tem práticas cotidianas de utilizar esse recurso como atividade principal, na qual se identifica o desmatamento de vegetação de manguezal para ser utilizada como lenha, prejudicando este ambiente, justamente por não representar para estas comunidades uma valorização.

Durante as entrevistas, os informantes disseram que a safra da pesca, no litoral bragantino, ocorre no primeiro semestre de cada ano, especificamente de fevereiro a julho. Verificou-se que os pescadores conhecem o ambiente de pesca e as tradições que foram estabelecidas diante da sua realidade. *A atividade humana* desenvolvida em relação ao *meio* é o que vem se definindo enquanto *gênero de vida*.

A expressão *política* dessas comunidades é identificada pela participação na **Associação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA)**. Esta instituição, da sociedade civil, procura estabelecer as regras entre os moradores associados dessa resex, no sentido de direcionar direitos e deveres aos seus membros. Esse assunto é trabalhado mais adiante, quando se discutirá sobre a “gestão” da referida reserva.

5 A RESERVA EXTRATIVISTA E AS COMUNIDADES VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO

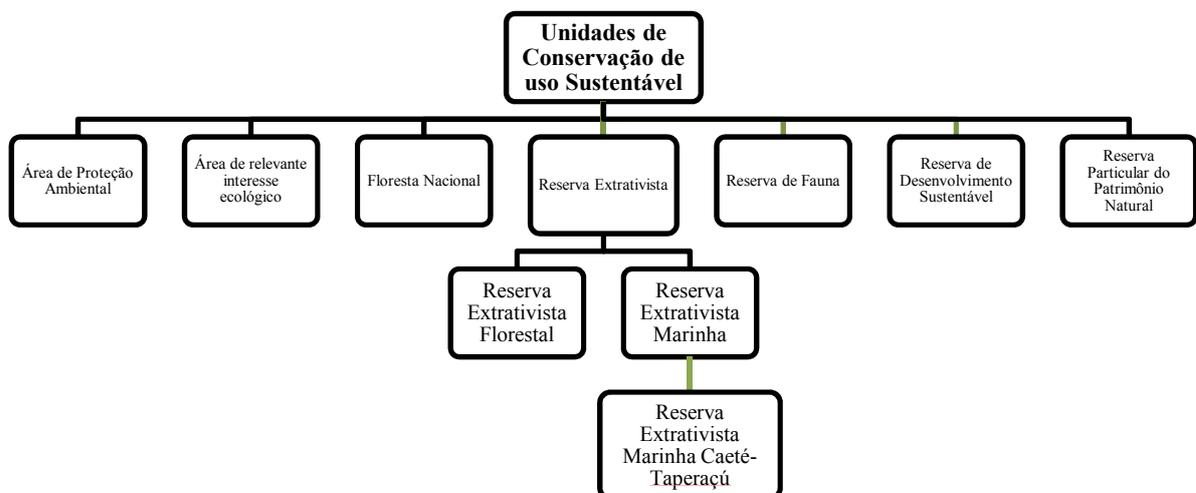
Neste capítulo, destaca-se a implantação de uma Resex no município de Bragança e a atuação desta unidade de conservação para as comunidades Vila dos Pescadores e Bonifácio.

Segundo o SNUC (2000), a conservação da natureza corresponde ao manejo humano compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural. Como reforçam os autores Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2009) as unidades de conservação são espaços territoriais delimitados para a preservação e/ou conservação de ambientes naturais. Ambos os conceitos estão intimamente ligados à concepção de manutenção da natureza para produzir bases sustentáveis às atuais e futuras gerações.

Essas são divididas em duas grandes categorias: a de *uso sustentável*, que requer a participação da comunidade para a gestão da conservação dos recursos naturais e a de *proteção integral*, que se refere à preservação de um determinado espaço sem a interferência humana.

Para um melhor entendimento dessa divisão e de suas características confeccionou-se um diagrama para ilustrar a definição de Unidade de Conservação do tipo “Uso Sustentável”, como se observa pela figura 4:

Figura 3 - Classificação das Unidades de Conservação de uso sustentável



Fonte: Autoria própria a partir de informações do SNUC, 2014.

Pelo diagrama anterior percebe-se que existem subcategorias de unidades de conservação de uso sustentável. Visualiza-se, também, a qual subcategoria a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú está associada.

Mas como se define uma “Reserva Extrativista”? Na literatura concernente à temática, encontram-se as reflexões de Cunha e Coelho (2003) que a definem como sendo espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável que se prestam à conservação dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas. De acordo com os autores, “as reservas extrativistas e os assentamentos foram uma resposta às demandas dos seringueiros reunidos a partir de 1985 em torno do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), que tinham como objetivo central resolver os conflitos entre seringueiros autônomos e grupos antagônicos, beneficiados pelos incentivos governamentais à implantação de projetos agropecuários e madeireiros na Amazônia”.

Conforme Alegretti (1994) a União concede para os moradores que vivem no limite de uma Reserva Extrativista o uso dos recursos de forma sustentável, por período não inferior a 60 anos, neste caso, os moradores serão os gerenciadores da área e também os fiscalizadores do poder público. No entanto, as populações tradicionais passaram a reivindicar regularização fundiária de áreas para uso comum para desenvolver atividades extrativistas. Neste caso, toda Resex se desmembra em duas modalidades: as reservas extrativistas da Amazônia e as reservas extrativistas marinhas.

“As reservas extrativistas da Amazônia surgem como instrumento de defesa contra madeireiros e pecuaristas, sendo ocupadas por seringueiros. Até 1989, foram estabelecidos 10 projetos de assentamentos extrativistas, totalizando uma área de 889.548 ha e atendendo a 2.924 famílias. Em 1990 foram criadas, de imediato, quatro reservas extrativistas (Alto Juruá e Chico Mendes, no Acre; do Rio Cajari, no Amapá, e do Rio Ouro Preto, em Rondônia), perfazendo uma área de 2.162.989 ha, que atende a 6.250 famílias” (ALLEGRETTI, 1994).

Nota-se que as reservas extrativistas são caracterizadas de acordo com o meio em que estão inseridas e têm por objetivo diminuir os problemas ambientais decorrentes do avanço do crescimento populacional na Amazônia e a exploração desenfreada dos recursos naturais.

Um dos aspectos referentes à exploração sem limites dos recursos naturais é o desmatamento, que desde a década de 1970 se intensificou, favorecido pelo governo brasileiro, estimulador de políticas de incentivo à ocupação na Amazônia. O desmatamento, ainda hoje, é um problema não solúvel em virtude de vários fatores ligados ao mercado, como por exemplo, o avanço da pecuária, da expansão da soja, da exploração mineral, as quais tornaram-se atividades econômicas de atração para que as grandes empresas se implantassem

na Amazônia, aspecto discutido em Loureiro (2009), que esclarece que a Amazônia no século XXI desponta como fonte de novas *commodities*.

Em relação à criação das reservas extrativistas, tem-se a presença de vários motivos para sua consecução, como explica Peres (2011), ao dizer que essas se destinam, dentre outros objetivos, a garantir terras às famílias que moram nas áreas limitadas pelo instrumento legal (decreto de homologação). Processo que se dá mediante a concessão do direito real de uso por meio de um contrato que é assinado com a entidade representativa de moradores, em que ficam firmando a manutenção das atividades produtivas. Em contrapartida, a população local deve se comprometer com a conservação dos recursos naturais.

É sob essa concepção que são criadas as *Reservas Extrativistas Marinhas* representadas por grupos sociais, que na explicação de Oliveira (2001, p.67) são entendidos como “[...] toda reunião de duas ou mais pessoas associadas pela interação. Devido à interação social, os grupos mantêm uma organização e são capazes de ações conjuntas para alcançar objetivos comuns”.

Uma primeira aproximação conceitual acerca do que se pode compreender por “Reserva Extrativista Marinha”, é buscada na própria legislação, que a define como todo limite territorial regulamentado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, composto por áreas costeiras e, ambiente de manguezal, no qual se objetiva o uso do recurso natural priorizando práticas sustentáveis.

De acordo com Moreira e Silva (2012), desde 2005, em decorrência das pressões sofridas pelas populações tradicionais, iniciou-se o processo de criação de unidades de conservação no litoral paraense, representando 65% do litoral amazônico, ocupando ecossistema de estuário. Dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas, então a pesca, a lavoura, a coleta e o extrativismo.

Mediante o exposto, importa pontuar há um total de vinte e uma reservas extrativistas marinhas no litoral paraense. Dentre estas estão as do nordeste paraense que são: Resex Marinha Araí-Peroba (município de Augusto Corrêa), Resex Marinha de Tracuateua (município de Tracuateua), Resex Marinha de Gurupi-Piriá (município de Viseu e Bragança) e a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu (município de Bragança).

5.1 LOCALIZAÇÃO DA RESEX MARINHA DE CAETÉ-TAPERAÇU

O Decreto de 20 de maio de 2005 que dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu no município de Bragança, no Estado do Pará, abrangendo uma área de aproximadamente duzentos e sessenta e dois hectares e setecentos e oitenta centiares, limitando terreno de marinha, rio Caeté, mangue, rio Taperaçu, rio Velho, rio Maniteua, Oceano Atlântico (distanto uma milha náutica). De acordo com o memorial descritivo, a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu tem como ecossistema área de manguezal, rio Caeté e rio Taperaçu (Ver figura 4).

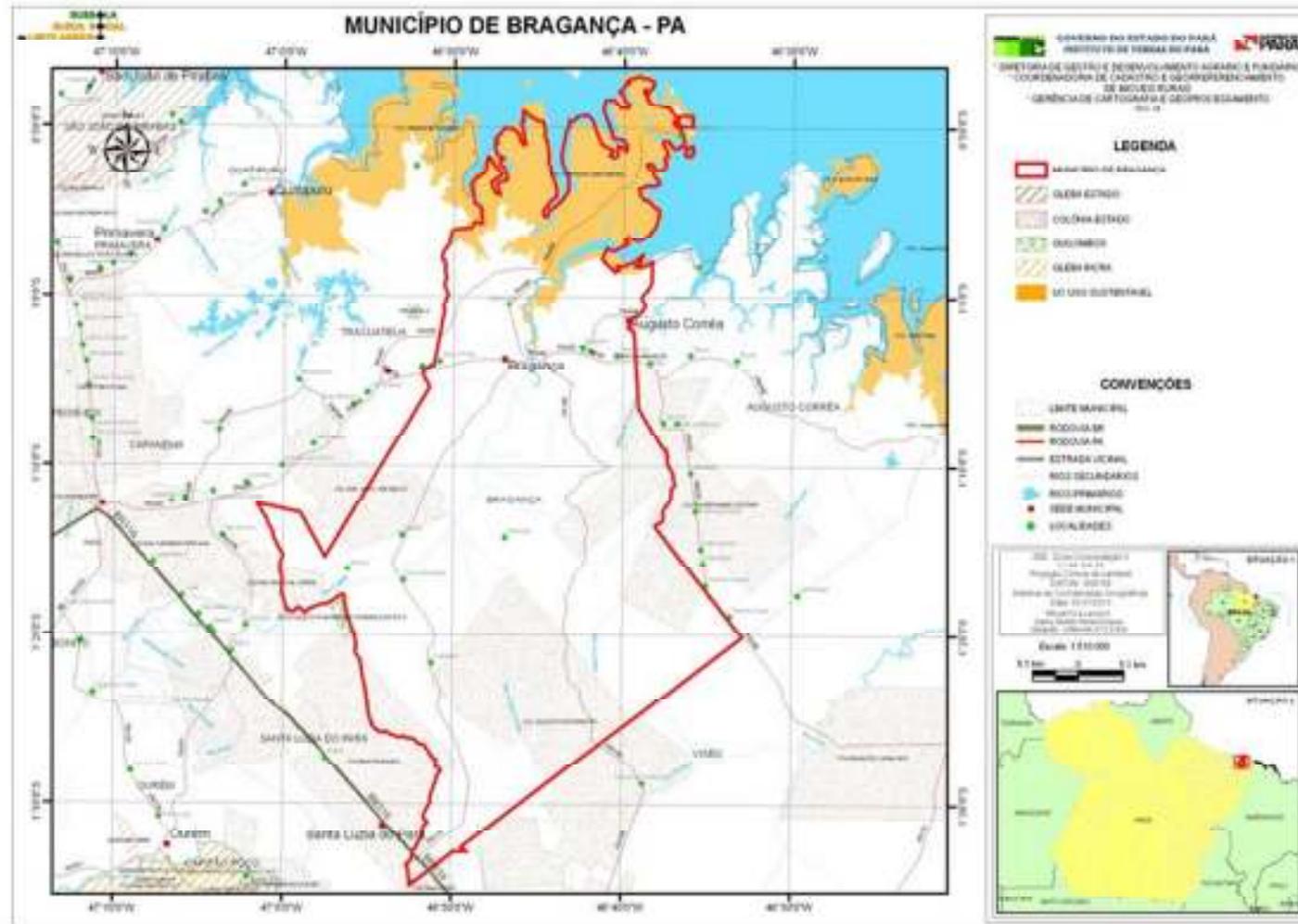
Como afirmam Abdala, Saraiva e Wesley (2012, p. 7):

A Resex Abrange exclusivamente áreas costeiro-estuarinas, incluindo as formações que ocorrem dentro deste bioma, como apicuns, campos salinos, restingas, dunas, praias e ilhas costeiras. Na parte norte seu formato se estende por água para um pouco além das penínsulas e ilhas de mangues (em média cerca de 2,0 km ou uma milha náutica), na porção oeste seu limite é marcado pelo contato com a Resex Marinha Tracuateua e o limite sul acompanha os meandros da divisa do mangue com a terra firme. Na parte sul pequenos trechos de campos salinos também são afetados pela UC.

De acordo com Abdala, Saraiva e Wesley (2012) a Resex está representada por polos (representação política de extrativistas moradores de comunidades próximas geograficamente, em um total de oito polos, como representação de base comunitária/extrativista no Conselho Deliberativo da Resex), sendo estas, comunidades que no limite da Resex: Castelo (pólo Bacuriteua), Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio (pólo Ajuruteua).

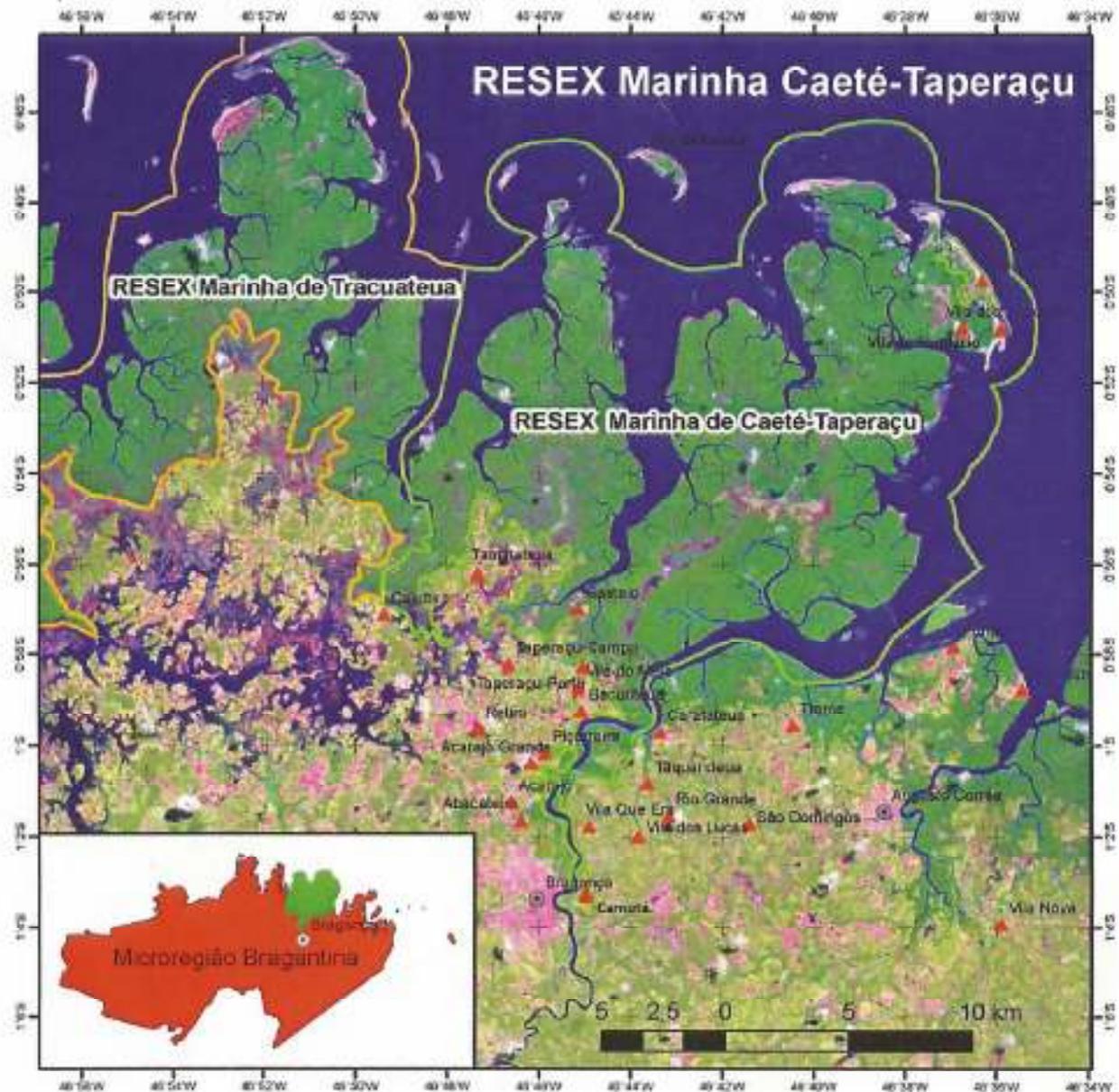
As comunidades que moram fora do limítrofe da Resex, são: Aldeia, Cereja, Morro, Pérpétuo Socorro, Riozinho, Vila Sinhá, Taíra, Padre Luiz, Vila Nova, Samaumapara, Jiquiri, Centro (pólo Cidade), Abacateiro, Bom Jardim, Cafezal, Cajueiro, Cariambá, Ferreira, Lago, Lago do Povo, Maçarico, Ponta da Areia, São Bento, São José, Urubuquara, São Tomé (Pólo dos Campos), Patalino, Porto da Mangueira, Retiro, Serraria, Taperaçu-Campo/Acarpará, Tamatateua, Tapreval (Pólo Tamatateua), Acarajó Grande, Acarajózinho, São Benedito, Piçarreira, Vila Verde, Inanbucuí (Pólo Acarajó), Campo do Meio (Pólo Ajuruteua), Eldorado, Jandiaí, Vila Nova, Pimenteira, Aciteua, São Domingos e Treme (Pólo do Treme), América, Bacuriteua, Pontinha do Bacuriteua, Taperaçu-Porto, Vila do Meio (Pólo Bacuriteua), Chaú, Cipoapara, Montenegro, Camutá, Jundiaí, Rio Grande, Sítio Grande, Taquandeua, Vila Que Era, Vila dos Lucas (Pólo Caratateua).

Figura 4 - Município de Bragança e a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu



Fonte: Governo do estado do Pará/ITERPA, 2013.

Figura 5 - Limite Territorial da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu conforme a ASSUREMACATA



Fonte: ASSUREMACATA, 2013.

5.2 VILA DO BONIFÁCIO E VILA DOS PESCADORES NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU

Valendo-se da clássica técnica de pesquisa denominada de observação, chegou-se a constatação de que as condições da infraestrutura presente nas vilas visitadas são deficitárias. Verificou-se que algumas casas são de palafitas. O abastecimento de água é precário; há poços artesanais em apenas algumas casas, que se interligam em um sistema de fornecimento de água que conta com um emaranhado de mangueiras, as quais chegam às casas que não têm poços artesanais. Outra precariedade é a escassez de saneamento básico, como esgoto a céu aberto, provocando a proliferação de moscas e insetos (Ver fotografias 14 e 15).

Fotografia 14 - Poço semi-artesiano em Vila dos Pescadores



Fonte: Fotos da autora, 2012.

Fotografia 15 - Distribuição de água por mangueiras (Vila dos Pescadores)



Fonte: Fotos da autora, 2012.

O sistema de captação de água foi improvisado pelos moradores para suprir as necessidades inerentes ao uso desse recurso. Notam-se as condições precárias em que esse processo ocorre. Constatam-se a exclusão e abandono dessas populações por parte do poder público, algo que reforça a tese de Loureiro (2009) ao dizer que o atual modelo econômico é excludente e deixa de fora do desenvolvimento um imenso contingente humano que não recebe os benefícios do mundo moderno, como por exemplo, saneamento e esgoto.

Ao se perguntar para um dos moradores da Resex sobre as mudanças que eles sofreram após a implantação da Resex, o entrevistado respondeu da seguinte forma:

Mudanças políticas, porque hoje podemos dizer o que é certo e errado de acordo com as políticas de unidades de conservação, recebemos apoio através do programa do Governo Federal “Projovem”, que irá utilizar o espaço do centro comunitário para ensinar pescadores, filhos, mulheres, idosos, que queiram voltar a estudar³ (INFORMANTE 1, 2012).

O Decreto instituidor dessa reserva destaca que existem áreas que ficam excluídas do polígono da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu. De acordo com o memorial descritivo: “Parágrafo único. Ficam excluídas do polígono descrito no caput deste artigo: II - a Rodovia PA 458, que interliga a sede do município de Bragança à localidade Ajuruteua, no Estado do Pará” (DECRETO 20 de maio de 2005). No entanto, para chegar à comunidade Vila dos

³ Entrevista concedida durante a pesquisa de campo em fevereiro de 2012.

Pescadores e Vila do Bonifácio é necessário atravessar a rodovia PA-458, sendo que esta rodovia não está inserida no limite da Resex como define o memorial descritivo.

Segundo consta no Decreto s/n de 20 de maio de 2005:

A Reserva extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na sua área de abrangência.

Dessa forma, a reserva extrativista é definida pela legislação vigente como uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (SNUC, 2000).

Ressalta-se, ainda, que nas reservas extrativistas marinhas, a existência material dos sujeitos dá-se em dois diferentes campos, o do uso da terra para garantir parte da subsistência e do uso do ambiente marinho.

De acordo com Peres (2011) “o extrativismo enquanto conceito inicial não era sinônimo de sustentabilidade, mas sim do uso de um dado recurso para subsistência de grupos humanos”. Porém, as populações que vivem no limite de uma Reserva Extrativista, mantêm uma relação com os recursos de forma que garantam o sustento de sua família. Como afirma Peres (2011, p. 210)

São considerados produtos extrativistas: os madeireiros e os não madeireiros. Os não-madeireiros são o açaí, a borracha, a castanha, as sementes, o artesanato, as plantas medicinais, os óleos vegetais, as frutas diversas, os recursos hídricos: peixes, camarão, caranguejo e frutos do mar (CNS, 2010).

Peres (2011) reforça que o declínio do extrativismo decorre do desmatamento na Amazônia, da abertura de estradas e do aumento de fronteiras agrícolas, sendo que áreas extrativistas foram transformadas em pastos, campos de cultivo e fazendas. No que concerne às comunidades da Resex Marinha de Caeté – Taperaçu ressalta-se que nelas ainda se mantêm o extrativismo, sendo que com o aumento populacional, decorrente da construção da Estrada que liga Bragança a Ajuruteua, a população cresceu consideravelmente, promovendo outras funções exercidas por parte da comunidade da Vila dos Pescadores e da Vila do Bonifácio, no que se refere ao comércio e bares nas proximidades das suas casas.

5.3 A GESTÃO DA RESEX MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU

Neste capítulo, busca-se identificar e entender de que forma ocorre a gestão da reserva extrativista analisada. A princípio, destaca-se a observação de Cunha e Coelho (2003) ao esclarecerem que existem modelos alternativos de gestão ambiental, dentre os quais o que privilegia descentralização das decisões que em geral vem predominando, pelo fato de incluir a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão.

No âmbito nacional, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (ICMBio) surge como instituição habilitada para direcionar a gestão das reservas extrativistas. Criado em 28 de agosto de 2007, pela lei nº 11.516, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ICMBio é uma autarquia responsável em executar ações do SNUC, tendo também juntamente com a comunidade que vive nas Resexs, que manter os recursos para serem utilizados de forma sustentável, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC's instituídas pela União.

Antes da atuação do ICMBio, no município de Bragança, a gestão era exercida pelo IBAMA, mas devido ao distanciamento desta instituição (sede Belém) a gestão acabava sendo indireta e insuficiente.

Em Bragança, essa autarquia foi inaugurada no ano de 2009. E para compreender a dinâmica das ações/atuação do ICMBio no município, realizou-se uma entrevista com o diretor desse instituto que passou a descrever a trajetória e os desafios de sua gestão.

De acordo com o diretor do ICMBio em Bragança:

O Instituto se deparou com vários problemas sendo estes: desmatamento das matas ciliares e da vegetação de manguezal, poluição, falta de saneamento básico para as comunidades que vivem no entorno ou estão inseridas na Resex, até porque neste mesmo ano inexistia secretaria do meio ambiente no município de Bragança.

Portanto, para minimizar alguns problemas sociais e econômicos que existiam, a primeira iniciativa do ICMBio em Bragança, foi realizar um cadastramento de todas as comunidades que vivem na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. Outra medida realizada foi a criação do **Conselho Deliberativo** composto por representantes do ICMBio e dos oito (8) pólos da Resex. O Conselho ficou incumbido em orientar os moradores sobre os direitos e deveres de todas as comunidades incluídas na Resex.

Segundo o diretor do ICMBio em Bragança:

Já existia um cadastro, então o Conselho Deliberativo serviu para recadastrar a comunidade, tentando responder quem era extrativista da Resex? No caso da Reserva Extrativista Marinha era necessário responder quem eram os pescadores, catadores de caranguejo. Para isso foram escolhidos 16 pessoas que foram chamadas de “guias”, sendo estas representantes dos pólos. Foram selecionados dois guias para cada pólo sendo estes: Tamatateua, Caratateua, Treme, Ajuruteua, Acarajó, Cidade, Campo, Bacuriteua. Depois dessa investigação foram selecionadas 20 pessoas para o preenchimento dos questionários, sendo estas representantes da sociedade civil, da Resex e voluntários do ICMBio. Após esses dados foram cadastrados de 3 a 4 mil famílias que se adequam a realidade do objetivo da Resex que é utilizar de forma sustentável o recurso existente em seu espaço, sendo este o ecossistema de mangue e a área costeira incluindo, rios e praia.

Na entrevista concedida foi esclarecido que os ecossistemas presentes na Vila dos Pescadores são: 1) a praia de Ajuruteua; 2) o rio Maguari e, 3) o manguezal, de onde é praticada a catação de caranguejo para a subsistência.

O Conselho deliberativo atua no monitoramento das ações realizadas na Resex e que são acompanhadas pelo ICMBio, além disso, caracteriza-se por ser um espaço socio-político que dinamiza uma organização social, que se materializa em reuniões com os representantes das comunidades.

Durante a entrevista, foi-nos divulgado que o ICMBio realiza campanhas de sensibilização para o reconhecimento da comunidade com relação ao seu *habitat* natural, campanhas estas que tratam de temas como a educação ambiental e a melhoria da qualidade de vida. Sendo, também, a implantação de infraestrutura como o investimento de mais de 20 milhões de reais em construção de ramais, estradas vicinais.

As informações obtidas são contrárias às observações *in locu*, já que nas idas e vindas ao campo de pesquisa, durante o período de vigência dessa investigação, as estradas apresentavam-se em condições precárias, mal estruturadas. E a educação ambiental, entre os moradores, ainda não foi engendrada de forma totalizante nas práticas relativas à preocupação com o meio ambiente.

Com o cadastramento da comunidade, ficou mais fácil à atuação do Instituto para saber quem realmente pertencia a Resex. De acordo com Peres (2011), antes de surgirem às reservas extrativistas, vários projetos de assentamentos extrativistas foram implantados em território nacional, todos esses projetos foram incorporados no Plano Nacional de Reforma Agrária.

O ICMBio atua na fiscalização referente a proteção ambiental e durante a atual gestão foram realizados mais de sessenta (60) processos e multas aos responsáveis pelos danos

ambientais, como por exemplo, desmatamento do mangue, construção de casas em locais inapropriados, como áreas de restinga.

A aproximação entre a sociedade civil e a Resex, com mediação do ICMBio, também ocorre com o apoio e permissões a pesquisas de pessoas interessadas na realização de investigações no âmbito da Resex. Além de incluir em seu quadro de apoio, voluntários que objetivam contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos dessa autarquia.

5.3.1 Plano de Manejo

A Resex Marinha de Caeté-Taperaçu conta com um **Plano de Manejo** elaborado dentro de uma lógica de planejamento estratégico, onde objetivos, zonas, programas e normas são propostas com base na efetiva capacidade técnica, institucional e política para sua implementação (ABDALA, SARAIVA E WESLEY, 2012).

Antes da elaboração foi necessário criar diagnóstico para organizar os conhecimentos científicos e institucional existentes sobre as áreas. A segunda fase foi o planejamento; ela se iniciou com oficinas participativas que tem como objetivo absorver o conhecimento, as experiências e as expectativas dos moradores locais (ABDALA, SARAIVA E WESLEY, 2012).

Já houve conferências para a discussão sobre o plano de manejo, para a escolha do planejamento mais viável com a realidade local, buscando associar o conhecimento tradicional ao conhecimento científico.

Para isso, foi criado o contrato de concessão de direito de uso, legalizado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em relação ao uso da Resex e da RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), sendo, por isso, outra categoria da Unidade de Conservação. Contudo, o governo federal transfere o contrato e o ICMBio confere o direito de uso.

Após a implantação da Resex, o governo Federal atual, e o Ministério do Meio Ambiente implantaram a *Bolsa Verde*, que é uma ajuda de custo para os extrativistas no momento do defeso, a cada três meses é concedida uma bolsa de 300 reais. Mas, após entrevista com representante da Resex, observou-se que não existe defeso, portanto encontrou-se outra **contradição** com relação à realidade da *Bolsa verde* e a forma como a comunidade está se relacionando com o meio ambiente.

Se a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu normatiza que o uso do recurso é de forma sustentável, então, a comunidade extrativista precisa respeitar as regras instituídas por esta unidade de conservação, para tanto, precisa-se cumprir tais regras, que estão, sobretudo,

vinculadas ao fato de que num determinado momento não se pode pescar peixe e caranguejo. Como afirma Peres (2011, p. 25) “ao criar uma Resex o governo dá o direito ao usufruto da terra, porém a comunidade local tem deveres e incumbência do uso, gerenciamento e da fiscalização dos recursos naturais”.

Diante da execução e fiscalização prevista no plano do ICMBio tem-se em vista a preparação da área que recebeu a Resex, ainda que seja através de infraestrutura e investimento na capacitação da população que usufrui do recurso natural para sua subsistência, dentre esses investimentos há, também, o aparato tecnológico, possibilitando uma valorização da área que compõe a Resex. Como revela Santos (2006) a cada instante um lugar é valorizado ou revalorizado, de acordo com a intencionalidade dos atores envolvidos no processo, e será repercutido conforme as exigências globais.

Enquanto que nas políticas estruturadoras, o ICMBio executa as ações do SNUC e cabe a esse órgão a intervenção direta sobre as Unidades de Conservação, no entanto o Instituto Chico Mendes atua regionalmente para regular o que está previsto no plano maior, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Já a política indutora do ICMBio vem sendo direcionada no sentido de conscientizar a população sobre a importância da educação ambiental, a exemplos desses direcionamentos, menciona-se: não extrair a madeira do manguezal; praticar a pesca de forma racional, com a manutenção dos peixes miúdos; não jogar lixo em áreas inapropriadas e, não poluir rios e praias.

Apesar da existência de alguns instrumentos regulatórios, que possibilitam a ação da gestão na Resex, os resultados obtidos nem sempre condizem com o que se observou na realidade, revelações essas que as visitas ao campo proporcionaram verificar, quais sejam: uma infraestrutura deficitária; aparatos técnicos necessitando de ajustes e conservação, como pontes, praças, vias, bem como acesso aos meios de comunicação como a internet, melhoramentos no serviço de telefonia fixa e móvel, estradas em baixo uso pela comunidade. Em relação à comunidade que está cadastrada enquanto extrativista marinha verificou-se um descaso governamental com relação à verdadeira intenção de se limitar uma unidade de conservação, que é o uso de forma sustentável do recurso, e práticas socioambientais que beneficiem a comunidade que está no limite.

Outra questão teórica merecedora de discussão é a definição de “comunidade extrativista” disseminada pelo ICMBio, que a entende como todos os cidadãos que utilizam, vivem, pescam e cuja subsistência dependa dos recursos naturais obtidos no território da

Resex Marinha de Caeté –Taperaçu e, portanto dependa dos seus recursos naturais e de sua área para sobreviver

Diante do exposto, observa-se que essas comunidades já viviam de forma extrativista, mesmo antes da implantação da Resex, na qual já utilizam da atividade pesqueira para a sua sobrevivência, sendo que após a delimitação desta unidade de conservação, foram feitas o recadastramento. Segundo depoimento do atual gestor, todos os moradores, inseridos nas comunidades pertencentes à resex, foram beneficiados. Logicamente que pesam algumas ressalvas sobre esse ponto, e que serão apresentadas nas considerações finais desta dissertação.

Retomando a entrevista realizada com o gestor do ICMBio/Bragança, foi-lhe direcionado algumas perguntas que versavam sobre o quantitativo de moradores em Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio. Buscou-se, especialmente, saber quantas pessoas, dessas vilas, estavam cadastradas na Resex. Outras perguntas indagavam sobre sujeitos beneficiados com algum auxílio; existência ou não de projetos socioambientais; e se havia dificuldades a serem enfrentados nessas vilas.

De acordo com dados solicitados no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2013), foram respondidas as seguintes questões indicadas no quadro 2:

Quadro 2 - Dados sobre as vilas investigadas

Perguntas	Vila dos pescadores	Vila do Bonifácio
Quantidades de pessoas	107	240
Quantidade de pessoas cadastradas	107	240
Quantas são beneficiadas	Não há informação precisa	Não há informação precisa
Existem projetos socioambientais	Sim	Sim
Dificuldades encontradas nesta comunidade	Sim	Sim

Fonte: Gestão/ICMBio a partir de entrevista, 2013.

O cadastramento funciona por meio através de dados solicitados pelo ICMBio, que tem como objetivo adquirir características da família, da moradia e do trabalho. Esse levantamento se dá através da identificação de pessoas, de acordo com o perfil exigido pela resolução da Lei Federal, qual define populações extrativistas tradicionais. Para conseguir esse levantamento, precisa-se planejar em parceria com os representantes do Conselho Deliberativo, lideranças comunitárias, Comitês comunitários e demais parceiros para a identificação dos beneficiários de acordo com o Perfil do Beneficiário da Resex. (ICMBio, 2013)

As fases do levantamento foram feitas desde 2011 até 2012. Neste intervalo de tempo, foram realizadas as seguintes atividades: avaliação dos cadastros pelos Comitês Comunitários; a avaliação para definir os critérios dos beneficiários; na etapa final foram obtidas as imagens da residência dos beneficiários.

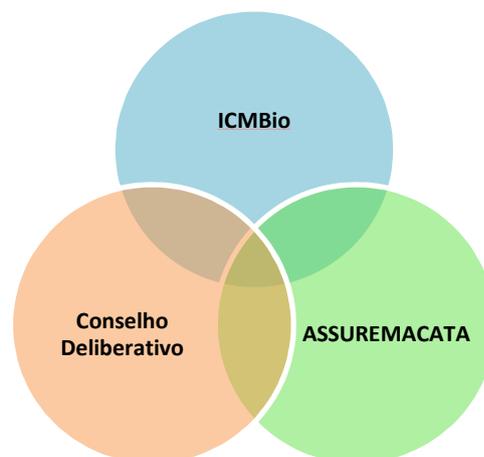
No entender do órgão gestor, a soma dos moradores das duas vilas constitui os beneficiários (**347 moradores**). Contudo, ressalva-se que nem todas as pessoas residentes nas vilas foram cadastradas pelo ICMBio. Informação reforçada ao se estudar o trabalho de Maneschy (1993) que catalogou 900 habitantes nessa vila no ano de 1986, distribuídos em 200 casas, algumas feitas de palha, outras de madeira. Enfim, não se tem um censo exato sobre a população das vilas investigadas.

Entre as pessoas cadastradas, foi-nos informado que nem todos recebem o benefício denominado “Bolsa verde”.

Ressalta-se que as famílias beneficiárias da Resex são atendidas pelas políticas públicas, as quais se encontram executadas diretamente por meio da **Associação da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA)**, mas essas informações geraram problemas que inclusive deu-se a abertura de um inquérito civil junto ao Ministério Público Federal para investigar as supostas irregularidades no repasse de recursos públicos.

Dessa forma, chega-se a seguinte compreensão sobre a gestão da resex analisada. Primeiro, existe a atuação do governo Federal (ICMBio), da Sociedade Civil (Conselho Deliberativo) e da comunidade (ASSUREMACATA), que pode ser visualizada na figura 6:

Figura 6 - Organização da Gestão na Resex Marinha Caeté-Taperaçu



Fonte: Ellen Cristina, 2014.

Portanto, os resultados desta pesquisa indicam que existe um aparato teórico para a manutenção da Resex, mas nem sempre condiz com o que se observa na realidade. E com relação à comunidade, que está cadastrada enquanto extrativista marinha, verificou-se um descaso com relação à verdadeira intenção de se limitar uma unidade de conservação, que é o uso de forma sustentável do recurso e das práticas socioambientais que beneficiem a comunidade que está no limite.

As comunidades que estão inseridas atualmente no limite da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu já tinham uma relação dialética com o meio em que viviam utilizando os recursos naturais para a sua sobrevivência.

Nesse cenário, o gênero de vida dessas comunidades teve que sofrer pressões dos novos tempos, posto que as gerações precedentes utilizavam técnicas e culturas pesqueiras que refletiam uma determinada condição de existência, onde a preocupação com a escassez do recurso, ao nosso ver, não parecia ser um **“drama socioambiental”**.

De acordo com Maneschy (1993), na década de 70, as atividades pesqueiras eram bastante rudimentares e artesanais, época em que o governo formulou programas de assistência aos pescadores contribuindo à dinamização e à valorização do pescado, o que fez ampliar tanto o ritmo de produção, quanto o comércio no nordeste paraense.

Além disso, a implantação da fábrica de gelo, em Bragança, contribuiu para agilizar o trabalho dos pescadores, que antes precisavam salgar o peixe, sendo que, para isso, eles produziam o sal. Como diz Maneschy (1993), o trabalho de salga e secagem do peixe envolvia o trabalho de diversos membros da família, e era penoso, como menciona um pescador entrevistado pela autora.

A pesca começou de forma artesanal, dificultando a produção porque o trabalho era lento e árduo. Com o investimento na produção, advindo de créditos governamentais, começaram a fazer parte daquele processo: o barco a motor, a rede de pesca (feita de naylon) e, a conservação do peixe, através da geleira. Isso, motivou os pescadores do município de Bragança, e também beneficiou o comércio, com a venda do pescado para a população local e para a grande parte do estado do Pará.

Segundo Maneschy (1993, p.38)

Essa inovação tecnológica não alterou, contudo, as formas sociais de produção predominantes na pesca. As condições de troca beneficiavam principalmente os intermediários, que impunham os preços de compra aos pequenos pescadores.

As análises e conclusões de Maneschy (1993) permitem elucidar que a vida seguiu um ritmo lento desde os anos de 1980, no sentido de se verificar que na contemporaneidade alguns atributos de melhora de vida ainda são escassos na Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio. Referirmos-nos aos serviços de educação e saúde que são explicitados melhor mais adiante.

Observa-se que foram poucas as mudanças com relação à infraestrutura nas áreas que recebem influência da Resex, percebeu-se que a população que mora na Vila dos Pescadores tem poucos recursos com relação a atributos materiais; falta investimento em escolas, em hospitais, na estrada, que vai até a Vila dos Pescadores, e a falta de saneamento na praia de Ajuruteua, que estão sendo utilizados por redes de hotéis, restaurantes e, comércio. Corroborando com o que Almeida e Soares (2009, p. 90) dizem sobre o crescimento populacional em áreas costeiras:

O modelo de crescimento do Brasil fez com que a ocupação humana se desse exatamente junto a essas áreas, degradando e ameaçando grande parte desses ecossistemas. Mais da metade da população do país vive hoje a uma distância inferior a 60 quilômetros de distância do mar.

As duas vilas são representadas por populações extrativistas, mas que também fazem uso de outras atividades como o comércio, motivado pela construção da rodovia PA-458, que facilitou o acesso à praia de Ajuruteua, na qual houve um crescimento do comércio local. Além disso, a edificação daquela rodovia impulsionou, a construção de pousadas, favorecendo uma maior **divisão social do trabalho**, aumentando a oferta e a demanda de produtos ligados ao veraneio, como bronzeadores, pratos da culinária local, roupas de banho, bebidas etc.

Atualmente, o município de Bragança apresenta atividades econômicas voltadas principalmente, para o comércio, sendo que no **mercado central** tem-se a venda de peixe e de produtos como farinha, hortaliças, frutas regionais. No entanto, a prática de ir até a cidade para vender e comprar produtos se torna cada vez mais comum para pessoas que vivem nos interiores do entorno do município, como Augusto Corrêa, Tracuateua, Viseu.

6 GÊNERO DE VIDA DAS COMUNIDADES VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO

Apresenta-se, neste capítulo, a descrição inerente aos moradores que vivem nas duas vilas analisadas nesta investigação. A discussão que se segue associa-se às reflexões teóricas sobre o gênero de vida das pessoas, que pode ser expressado por alguns aspectos, como por exemplo, em suas atividades habituais, devido às possibilidades que o meio físico lhes proporciona, dentre as quais, as técnicas utilizadas com base na cultura adquirida pelo grupo humano que constituirá sua existência e permanência, mesmo com tantas ações físicas, econômicas e políticas adversas que os atinge.

6.1 DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

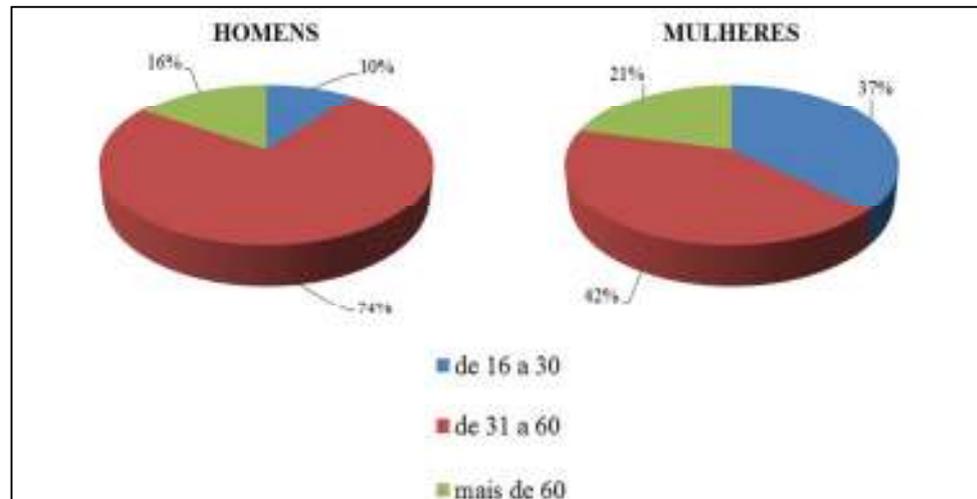
O presente tópico procura compreender o gênero de vida das comunidades estudadas, com base em uma amostra escolhida por processo aleatório, para identificar as inter-relações entre as formas sociais de organização e as características físicas, culturais que as pessoas estabelecem em sua história de convivência no espaço analisado.

6.1.1 Perfil dos moradores

De posse dos resultados obtidos trabalhou-se com o aplicativo Excell 2010 do pacote de aplicativos da Microsoft Office 2010 para as devidas tabulações e confecção dos gráficos.

A primeira variável sócio-demográfica a ser detalhada foi a idade dos informantes. O gráfico 1 mostra o percentual das faixas etárias, dos informantes, por sexo. Os resultados indicaram que 74% dos homens entrevistados estão entre 31 e 60 anos de idade, 16% estão acima de 60 anos e 10% estão entre 16 e 30 anos. Para as mulheres a posição é de 42% entre 31 a 60 anos, 37% estão entre 16 a 30 anos e 21% estão acima de 60 anos. A amostra masculina teve uma faixa etária que ficou entre 19 e 66 anos e com uma média de 50 anos de idade. Já a feminina, teve idade média de 43 anos e com idade mínima de 16 e máxima de 73 anos.

Gráfico 1 - Porcentagem dos entrevistados por sexo e idade



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Ressalta-se que a identidade dos informantes foi preservada, tendo em vista as opiniões diversas em relação à implantação da Reserva Extrativista e sua execução. Percebe-se a falta de investimento de lazer, educação e saúde para estas comunidades, isto porque o horário da entrevista foi aplicado no período da manhã e as crianças estavam brincando na rua, alguns moradores estavam sentados na frente das suas casas conversando.

Foi constatado que as técnicas utilizadas pelos moradores para pescar são tradicionais, ou seja, usam a linha de pesca, rede de lance e o processo de conservação do pescado ainda é utilizado por alguns moradores, como aponta Maneschy (1993) “a modalidade de captura passou a ser a rede, usada tanto no mar quanto nos rios”. A autora reforçou ainda mais que “utilizam-se redes de tipos variados. De acordo com os moradores das vilas, a *“tarrafa é uma rede circular que serve para apanhar camarões e peixes miúdos como a sardinha,* no entanto percebe-se o uso de outras técnicas para pescar.

Sendo assim, a população utiliza da pesca mais para sua própria sobrevivência porque eles não possuem tecnologia para retirar uma grande quantidade de peixe que sirva para a exportação. A fotografia 13, a seguir, mostra uma canoa de pescadores se preparando para retirar o sustento da sua família. Enquanto que outros moradores utilizam o comércio na frente da sua casa com venda limitada de gêneros alimentícios e bebidas.

Fotografia 16 - Prática da pesca (Vila dos Pescadores)



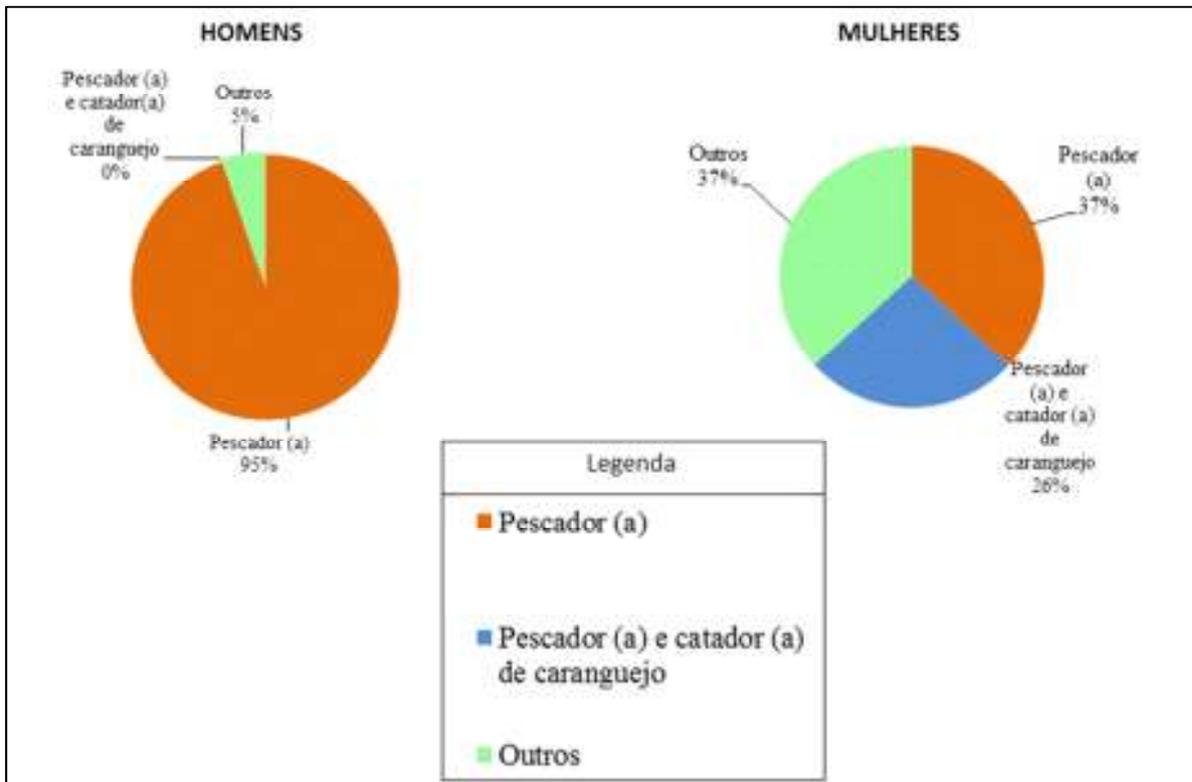
Fonte: Fotos da autora, 2014.

A distribuição por sexo e profissão é expressa pelo gráfico 2, que indica o percentual de 63% de mulheres, atuando em atividades de pesca, ou pesca associada com catação de caranguejo. E que entre homens e mulheres torna-se necessária a realização de outras atividades, como, por exemplo, o estabelecimento de pequenos comércios de gêneros alimentícios e de bebidas para atendimento da demanda local.

Entre os homens, registrou-se um percentual de 95% dos informantes se identificando como pescador, mas ninguém se denominou de catador de caranguejo, alguns outros, (5%), se identificaram como comerciantes, por possuírem pequenos comércios próximos à praia.

Percebe-se a inserção do homem em atividades pesqueiras, e a mulher inserida, também, na pesca e na catação de caranguejo, desta forma, houve uma mudança como diz Maneschy (1993):“embora em menor proporção hoje que no passado, pode ocorrer que as mulheres participem da pesca, auxiliando seus familiares na confecção e no reparo de velas e instrumentos, bem como na salga de peixes e camarões”. Diante do fato, mulheres que foram entrevistadas se identificaram como pescadoras, contribuindo para o consumo da família.

Gráfico 2 - Percentual por sexo e profissão dos entrevistados



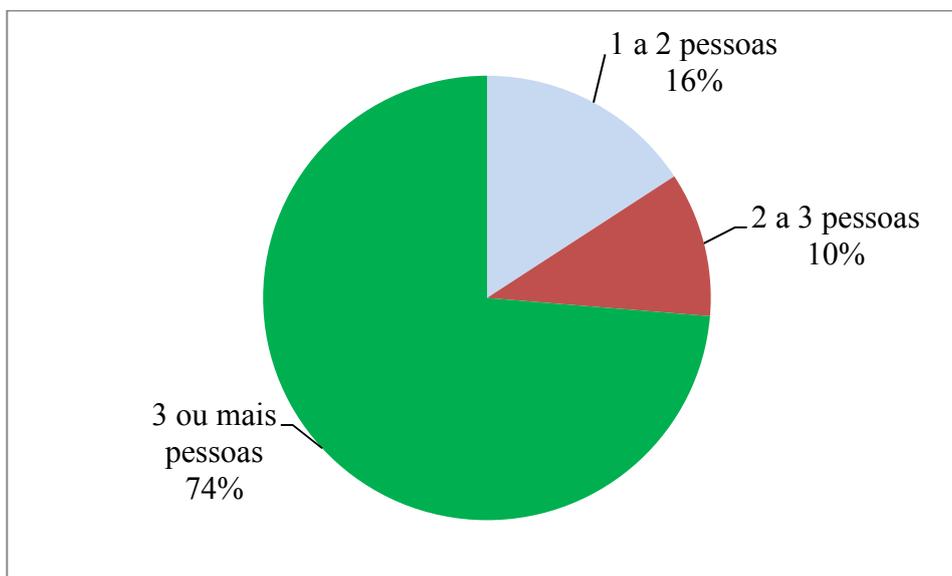
Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Sobre a profissão dos informantes, 37% das mulheres se identificam como pescadoras ou marisqueiras, e 37% se identificaram como donas de casa e aposentadas. No entanto, percebe-se que houve controvérsia, nestas últimas, porque elas diziam que ajudavam seus maridos na pesca, mas não se identificava como pescadoras, isso demonstra que as mulheres estão cada vez mais atuantes em diversas profissões. Os homens, de forma geral, são pescadores, ou se utilizam de outros meios para sua sobrevivência, como pequenos comércios.

Há constatação de que 95% dos homens residentes no espaço da Resex são pescadores, mas também pôde ser observado, durante os registros visuais, que existem pequenos comerciantes.

Em relação ao número de moradores por domicílio constatou-se, a partir da amostra total (38 informantes) que 74% das casas são compostas por mais de três pessoas. E um percentual de 16% agrega entre 1 e 2 pessoas na residência, e 10% comporta de 2 a 3 moradores, como se verifica no gráfico abaixo:

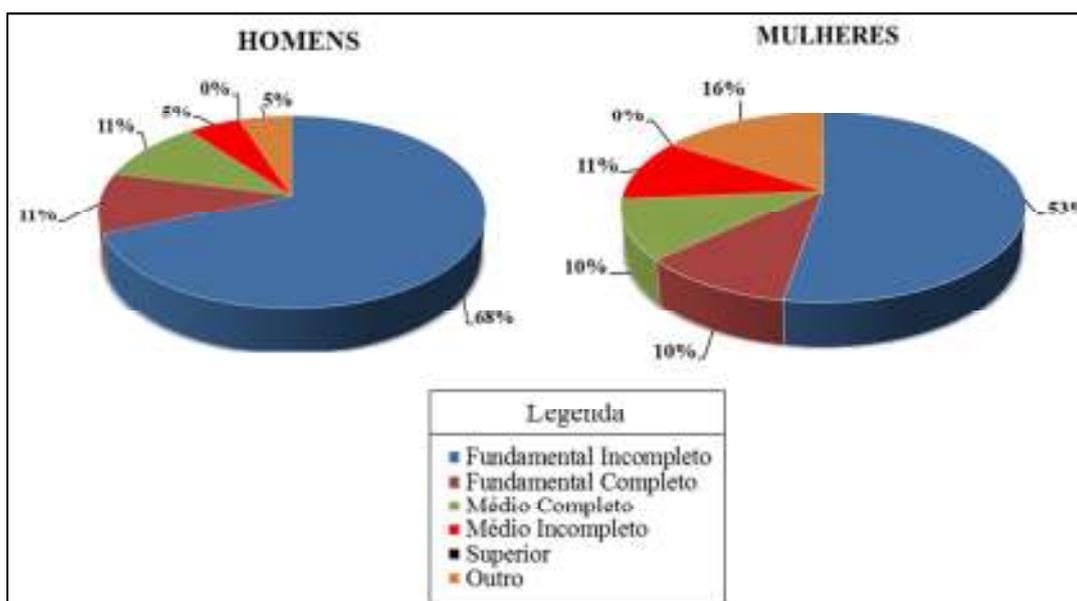
Gráfico 3 - Número de moradores por domicílio



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

O cruzamento entre sexo e grau de escolaridade identificou um percentual de 68% dos homens com o ensino fundamental incompleto. Entre as mulheres esse percentual ficou em 53%. Nenhum dos informantes tem curso superior, e apenas entre 10% das mulheres e 11% dos homens, declararam ter o ensino médio completo. Os dados revelam que a educação, assim como em grande parte do Brasil, necessita de mais atenção do poder público.

Gráfico 4 - Porcentagem de informantes por sexo e grau de escolaridade



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Em relação às técnicas utilizadas para a captura do peixe, a “rede de lance” foi a mais recorrente, como se pode constatar na tabela de frequência abaixo:

Tabela 1 - Técnicas utilizadas para a captura do peixe

Técnica	Frequência
Curral	5
Linha	8
Rede de lance	25
Tapagens de igarapés	0
Outros	4

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

De acordo com Maneschy (1993), até por volta da década de 60 e 70 as pescarias eram realizadas próximas a terra. O conhecimento acumulado das leis da natureza e a prática secular da pesca, a partir de práticas indígenas, originaram uma notável variedade de captura de pesca.

Dentre elas destacam-se: curral, linha, rede de lance, tapagens de igarapés. Com a entrevista, destacou-se que existem, ainda, todas essas formas de capturar o peixe, sendo que a mais utilizada pelos pescadores é a rede de lance. Dá-se da seguinte forma, consoante Maneschy (1993, p.60):

Participavam grupos de pescadores variando de 8 até 30 metros, conforme as informações locais. Essa pescaria consistia de diversas fases. Os pescadores levavam a rede para um poço, que é uma área funda, próxima à praia e, daí, arrastavam-na a pé, em direção à margem. Alguns participantes realizavam a tarefa de puxar a rede, outros atuavam como bulheiros, ou seja, munidos de uma vara, ficavam batendo na água, em locais estratégicos, para que os peixes fugissem em direção à rede.

O uso dessas técnicas faz parte da criação humana para se continuar trabalhando e garantindo os meios necessários para a subsistência, algo já percebido nas análises empreendidas por Marx e Engels (1974), no final do século XIX, ao identificarem que ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material.

Observou-se que no processo de venda do pescado, comercializa fresco, ou para mantê-lo conservado, a maioria dos entrevistados utilizam-se do congelamento para manter o peixe em condições comestíveis. Esse processo começou a ser praticado modificou-se na década de 90 quando utilizavam o sal e a secagem para manter o peixe. De acordo com

Maneschy (1993) “o processo de salga e secagem, realizado em terra, envolvia o trabalho de diversos membros da família, homens e mulheres, e implicava diversas tarefas”.

A época de safra, no litoral bragantino, é no primeiro semestre, fato que foi comprovado na pesquisa por todas as pessoas que foram entrevistadas, analisando que o conhecimento empírico ainda é uma forma de se relacionar com a natureza. Prática que é passada de geração para geração. Diante deste fato, nota-se que o gênero de vida é o acúmulo de conhecimento, transmitido nas práticas de pesca, desenvolvida pela comunidade em estudo.

Na Vila dos Pescadores e na Vila do Bonifácio observou-se uma carência de escolas, existindo apenas uma escola de ensino fundamental (ver fotografia 14), restringindo o nível de escolaridade, e a função exercida pela maioria da população. Naquelas vilas, registrou-se que os entrevistados ficaram, no nível escolar, entre ensino fundamental incompleto e nível médio completo. Destarte, para os que almejam prolongar seus estudos, precisam viajar para Bragança para poder cursar o nível médio e superior. Todavia, a maioria dos informantes vive de poucos recursos pecuniários, o que, nesse contexto, torna-se custoso o deslocamento, impedindo, assim, a progressão educacional.

Dessa forma, a função pesqueira torna-se a principal atividade dessa população porque não existe perspectiva de continuação dos estudos, já que o acesso fica restrito à escola de ensino fundamental, que é a única que atende a demanda da Vila dos Pescadores e da Vila do Bonifácio.

Fotografia 17 - Escola Municipal de Ensino Fundamental na Vila dos Pescadores



Fonte: Fotos da autora, 2014.

Desse modo, constata-se que a inclusão dessas vilas ao território da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu não trouxe mudanças em termos de equipamentos urbanos básicos e investimento para esta população, a citar: a valorização de políticas educacionais, que promovam um investimento em educação para que a população dessas vilas tenham não só o acesso à pesca para sua sobrevivência, mas também possa se tornar um profissional de uma área outra, das que compõem o quadro de demanda de profissões, do mercado de trabalho.

6.1.2 A infraestrutura das vilas dos Pescadores e Bonifácio

As casas são simples, de madeira, e têm uma elevação de alguns metros para evitar a inundação no tempo da cheia da maré. Até as casas construídas na Vila do Bonifácio têm uma elevação, mesmo ficando longe da porção costeira. As ruas são de terra batida; e nas casas criam-se pequenos animais, como galinha e, pato, para facilitar o acesso aos alimentos, não dependendo dos que são oriundos da pesca.

No quintal das casas da Vila do Bonifácio, há árvores frutíferas, de médio e pequeno porte, enquanto que na Vila dos Pescadores não foi constatado esse cenário até porque os quintais vivem constantemente alagados, dificultando, ou mesmo inviabilizando, a criação de animais e o cultivo de árvores. Ademais, observou-se a existência de mosquitos por conta da água parada que não tem para onde escoar, visto já que não existe drenagem ou qualquer tipo de infraestrutura que beneficie estas comunidades. Há, ainda, a existência de muitos cachorros abandonados e desnutridos nestas localidades.

Mediante o exposto, fica evidente que há a proliferação de doenças por falta de políticas sanitárias. Se estas existissem, provavelmente se reduziriam a quantidade de animais e insetos naquela localidade. Esse quadro se agrava em virtude da, escassez de posto de saúde, já que existe apenas um, além do mais, segundo o relato dos moradores, nem sempre tem remédio, tão pouco médico, para atender a comunidade. Além disso não existe rede de esgoto⁴ nas casas, o que tende a piorar a disseminação de enfermidades entre os moradores.

Existe uma dificuldade com relação ao acesso aos serviços de operadoras de telefonia móvel. No tempo em que ficamos para realizar a pesquisa, não foi possível se conectar, e muito menos falar com operadoras (Oi, Vivo, Tim), que nos tínhamos disponíveis nos telefones que estavam a nossa disposição, portanto o acesso a informação, a essas

⁴ Durante as pesquisas, realizadas na localidade, percebido foi que os dejetos são escoados direto na água que se acumula ao fundo das casas, por meio de canos, que são prolongados do banheiro.

comunidades, restringe a televisores de canal aberto, com uso de antenas parabólicas, para permitir uma melhor recepção do sinal das emissoras (Ver fotografia 18).

Fotografia 18 - Antena parabólica em uma das residências da Vila dos Pescadores



Fonte: Fotos da autora, 2014..

Nota-se que a vila é desprovida de muita coisa, sobretudo infra-estrutura. Isto nos leva entender que as pessoas residentes dessas vilas são marginalizadas pelo Estado, pois dispõem de poucos recursos e carecem de políticas públicas que beneficiem aquela. Por pertencerem a uma área que está definida pelo governo Federal como uma unidade de conservação, a qual que prima por políticas de beneficiamento nas questões ambientais e sociais. Todavia, como observou os moradores não estão recebendo o mínimo que está previsto na Constituição Federal, em seu Art. 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, que é saúde, educação, lazer [...]”.

No tocante ao lazer, percebe-se que este fica restrito as idas à praia ou às épocas festivas como carnaval, nas quais verifica-se um crescimento do turismo na praia de Ajuruteua. Nas vilas, existe uma praça central, que fica no início da Vila do Bonifácio, com poucas áreas verdes, isto é muito mais comum na Vila dos Pescadores, em que há pouca vegetação, no entanto não há um investimento na arborização nessa localidade, o que permitiriam as funcionalidades que a vegetação poderia promover para estas comunidades.

Identificou-se que assim como os problemas ambientais, os problemas sociais também são agravantes, já que, segundo o relato dos moradores não existe segurança pública. “vive a lei da selva, morre, matam e não posso fazer nada, isso é que é mais difícil” (morador 2 da Vila dos Pescadores). A precariedade da segurança pública foi observada na pesquisa e campo, devido a falta de policiamento, e o relato dos moradores confirmou o que havíamos refutado com relação a falta de segurança dos moradores.

Em relação às questões religiosas que perpassam essas comunidades, mesmo fazendo parte da cultura Bragantina, na qual é forte a religião católica por conta das tradições do Círio e do padroeiro da cidade que é o São Benedito, nestas localidades existe também a presença de cristãos protestantes, visto que há uma igreja evangélica (Ver fotografia 19), coexistindo com a igreja católica (Ver fotografia 20).

Fotografia 19 - Vista frontal da Igreja católica (Vila dos Pescadores)



Fonte: Fotos da autora, 2014.

Portanto, essa constatação nos permite concluir que não se pode afirmar que todos são católicos ou que todos são evangélicos, até porque isso não foi uma pergunta do formulário, mas como existem dois templos religiosos, pode-se dizer que há duas religiões instituídas pela presença material, no espaço, dos templos religiosos: a católica e a evangélica. Entretanto, vale frisar, que não nos foi informado se há outras religiões, que não possuam templo estabelecido, sendo pregadas naqueles lugares.

Fotografia 20 - Vista frontal da igreja evangélica (Vila dos Pescadores)



Fonte: Fotos da autora, 2014.

Desse modo, entende-se que essa questão religiosa está intimamente relacionada com a cultura daquelas vilas, haja vista que para compreendê-la, importa analisar como se dá a relação entre os sujeitos dessas vilas, como estão se relacionando com o meio em que vivem e a influência religiosa que poderá implicar nas ações e no gênero de vida dessas comunidades.

6.1.3 A atuação da Resex Marinha de Caeté –Taperaçu no gênero de vida das comunidades

Quando se buscou relacionar, na entrevista, a implantação da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu com o impacto no gênero de vida dessas comunidades, perguntou-se inicialmente, se a atividade pesqueira estava sendo suficiente para esta população se manter. Como resposta, muitos disseram que vivem somente da pesca, outros afirmaram que adquirem sua renda por meio de bolsas de programas assistenciais do Governo Federal, como *Bolsa Família*; outros ainda, têm comércios na frente de suas casas, para aumentar a renda, além de vendas de roupas, joias, crochê; algumas mulheres trabalham como costureira ou, trabalha na cozinha de restaurantes, durante as férias.

Contudo, percebe-se que poucas pessoas relataram que são cadastradas como extrativistas da Resex e que ganham a *Bolsa verde*, que é uma ajuda de custo para o momento

do defeso. Destarte, como nem todos que foram entrevistados recebem essa ajuda, é possível afirmar, portanto, que não existe o momento do defeso, diante disso verifica-se que não há uma representação do que seria a Reserva Extrativista, já que nem todas as pessoas usufruem do que objetiva esta unidade de conservação.

Durante a pesquisa de campo, registrou-se que a placa indicativa da Resex Caeté-Taperacu estava depredada. Associando a imagem com os depoimentos qualitativos das comunidades Vila dos pescadores e Vila do Bonifácio, conclui-se que a Resex trouxe benefício politicamente, devido à representatividade das Associações (ASSUREMACATA) para as comunidades locais, mas de acordo com o relato dos moradores, percebe-se a insatisfação com o Instituto Chico Mendes (ICMbio), por conta da insuficiência da gestão ambiental e social para com as localidades inseridas na Resex.

Tivemos acesso à relatos de revolta por conta da imposição do órgão gestor às comunidade que se encontram dentro desta unidade de conservação. O morador 3 relata que: “estamos sofrendo o abandono de segurança e não teve melhoria nenhuma com a implantação da Resex”. Durante a última pesquisa de campo, observou-se, como já mencionado anteriormente, que a placa indicativa da resex estava depredada, sobre isso, ninguém soube informar porque estava assim o referido elemento de informação, como se verifica na fotografia 21 a seguir.

Fotografia 21 - Placa de identificação da Resex depredada



Fonte: Fotos da autora, 2014.

Ao se referirem a Resex, percebeu-se que há certa controvérsia entre os relatos dos envolvidos, pois enquanto alguns dizem que ela trouxe melhoria, outros afixam o contrário, como demonstram os seguintes relatos. O morador 4 disse que: “eles só fazem promessa”; Já o morador 5 relatou que: “com a implantação da Resex muitos conseguiram adquirir sua casa, materiais para pesca, geladeira, moto, caixa d’água, bomba”.

Entende-se, perante o exposto, que os que foram beneficiados de alguma forma, após a implantação da Resex, com bens materiais como a reforma de suas casas, material de pesca etc, sentem-se satisfeitos, e por isso, veem como positiva a criação da resex, no entanto, percebe-se que o desenvolvimento social da comunidade não está sendo levado em consideração, pois verificou-se, durante pesquisa de campo, o descaso na educação, na saúde, na infraestrutura, entrando em contradição com o que está previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, em seu Art 4º SNUC que afirma, dentre seus objetivos:

- XI- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII – proteger os recursos naturais necessários a subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

No que diz respeito à valorização econômica e social da diversidade biológica, de acordo com o relato das pessoas, não existe projetos que procurem manter a população somente da pesca e viver com igualdade e respeito. Muito descaso de assistência social foi registrado na pesquisa e na observação. Dentro desse panorama, há os que chegam a afirmar que não houve melhoria alguma com a efetivação da resex, como relatou o morador 6 , que, em suas palavras no entanto o morador 6, que , em suas palavras: “na Vila dos Pescadores a instalação da Reserva Extrativista não trouxe nenhum benefício”.

Quando se perguntou aos entrevistados se com a implantação da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu houve mudanças, os: moradores 7 e 8 afirmaram que não. Mas acabaram se contradizendo ao responderem a outra pergunta, qual seja: “você é beneficiário com a implantação da Resex?”, “ ambos afirmaram que sim, devido ao apoio na construção de casas, com materiais de construção, e a ajuda nos materiais de pesca, e ainda distribuição de cesta básica”.

Toda Reserva Extrativista tem como objetivos a conservação dos recursos naturais e a valorização econômica desse ecossistema, através da promoção social das comunidades que vivem dentro do limite da Resex, entretanto, percebe-se que os próprios moradores não têm

consciência do que, na verdade, a Resex representa para aquele espaço. O que eles, entendem, e o que lhes importa, é sendo houve ou não uma melhoria de vida, se porque receberam uma casa, uma geladeira, etc. Mas o que adianta isso se concretizar se não existe perspectiva de melhoria para aqueles moradores? Nesse contexto, quando se trata das questões ambientais, o objetivo, que é conservar os recursos para mantê-los às futuras gerações não está sendo alcançado, tão pouco compreendido pelos moradores.

Quando fora feita a última pergunta do formulário, que é: na Resex você e sua família conseguem ter tudo que precisam, educação, saúde e trabalho ou é preciso ir à Bragança para atender essas necessidades?. Os entrevistados 9 e 10 disseram que pagam plano de saúde e que quando precisam vão à Bragança para fazerem uso desses serviços. Por existir um posto de saúde na Vila que atende tanto à comunidade Vila dos Pescadores quanto à comunidade que vive na Vila do Bonifácio, o morador 11 disse que utiliza o serviço do posto de saúde, mas segundo o relato do morador 12, na Vila dos Pescadores: “nunca tem médico e muito menos remédio, vivemos um descaso”.

Verificou-se, no entanto, que os moradores se mostram bastante contraditórios nas respostas, pois, anteriormente, ao responder a outra pergunta, chegaram a se referir à Reserva Extrativista como sendo uma promessa, mas ao responder a essa última, disseram que está muito bom, pois tem educação, saúde e trabalho, a impressão que fica é que os entrevistados não entenderam a pergunta. Outros se referiram a ida à Bragança quando estão gravemente doentes, sendo inevitável o deslocamento, portanto, o posto de saúde é pouco utilizado, sobretudo por conta a falta de médico e de medicamentos, como já discorrido anteriormente neste trabalho.

Deste modo, a maioria dos entrevistados, 90%, se mostrou-se insatisfeita com esses serviços, e disse que sempre que precisa tem de ir à Bragança para poder ser atendida por um médico. No entanto, percebeu-se que com relação à progressão nos estudos não houve manifestação, mostrando que, com relação à educação, as pessoas têm pouca visão crítica para analisar que seria preciso construir, no mínimo, uma escola de ensino médio para que os estudantes do ensino fundamental possam continuar seus estudos ali mesmo onde residem.

Além disso, com relação ao trabalho, a pesca tornou-se a principal atividade desenvolvida pelos moradores, embora não entendam que se houvesse um investimento em educação muitos poderiam prosseguir seus estudos. O que poderia refletir na melhoria da comunidade, como na utilização de outras formas de administrar a pesca, utilizando o processo de filetagem, conservação em geleiras. Com a catação do caranguejo pode-se produzir massa de caranguejo, empanados.

Como discute Loureiro (2009) “atividades tradicionais que apresentam baixa produtividade e em consequência, baixa rentabilidade, como a pesca artesanal e outras, sobre as quais há um grande saber acumulado pelos naturais da região, podem ser um excelente campo de geração de emprego e renda”.

A construção de cooperativas, para que estas comunidades tenha uma melhoria na visão de futuro, também seriam interessantes, mesmo vivendo em uma unidade de conservação. Observou-se que Na Vila dos pescadores existiu uma comunidade de filetagem de peixe e que atualmente o prédio está à venda. O motivo de seu fechamento se desconhece (Ver fotografia 22).

Fotografia 22 - Vista lateral de prédio da Associação de Filetagem de pescado



Fonte: Fotos da autora, 2014.

O prédio está à venda demonstrando que não houve uma representatividade administrativa para manter essa cooperativa, que poderia empregar pescadores e pescadoras, firmando, assim, uma relação de trabalho e renda para a maioria dos moradores.

Nota-se que não há uma política de desenvolvimento socioambiental para implementar projetos que viabilizem emprego e renda para a população das vilas. Mediante este fato, percebe-se que a população vive da pesca artesanal e de outros serviços para complementar a renda familiar, como os serviços de cozinheira, a venda de alimentos nos períodos em que a praia de Ajuruteua recebe muitos turistas, como por exemplo, o carnaval, as férias escolares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do gênero de vida, em duas comunidades da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu, possibilitou a compreensão dos condicionamentos socioambientais, nos quais os habitantes estão inseridos. Com nove anos de existência e, atualmente, transformado em um espaço “institucional”, a área da Resex, especificamente às referentes às comunidades Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio, apresenta determinadas estruturas que permaneceram, apesar do novo contexto.

Foi constatado que os moradores dessas localidades mantinham um gênero de vida cujo meio lhes proporcionava as possibilidades de manutenção dos recursos pesqueiros, necessários à subsistência.

Entedeu-se que a categoria geográfica *gênero de vida* reflete as formas que inter-relacionam meio e sociedade, em que as pessoas podem criar alternativas à existência delas, transformando o meio, e adaptando-o de acordo com a sua cultura, seus valores e tudo mais que estiver disponível. Por conseguinte, percebeu-se que as práticas sociais e produtivas dos moradores dessas vilas representavam um determinado tipo de gênero de vida.

Um dos elementos que compõem o gênero de vida é a relação simbólica que se estabelece entre sociedade e cultura. O bragantino, das vilas dos Pescadores e do Bonifácio, mantém práticas pesqueiras, devido sua existência está associada ao meio em que vive. O lugar é próximo do oceano atlântico, cortado por rios favoráveis à pesca. Por outro lado, a terra é usada, também, para fabricação da farinha d’água de Bragança. Essas tradições demonstram que o povo bragantino foi criando possibilidades de sobrevivência relacionando-se com os recursos naturais presentes.

Hoje, o gênero de vida do povo bragantino, modificou-se, diferenciou-se bastante daquele do início da fundação da cidade de Bragança. O comércio e o setor de serviço evidenciam-se, os jovens têm a chance de cursar cursos técnicos e universidades públicas..

No meio rural, tem-se as comunidades Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio, que estão localizadas na porção costeira do município. Nelas, a atividade pesqueira é mais visível do que outras, além disso, a catação de caranguejo para consumo e venda é comum. Nesse contexto, alguns pescadores vendem o excedente no mercado municipal da cidade.

Com relação à cultura do povo bragantino, que vive na cidade e na zona rural, não se percebeu diferença. No que tange, com relação à simbologia religiosa, há a adoração a imagens de santos, principalmente, São Benedito e, também, fazem parte dessa população os

evangélicos, que têm seu espaço. Isto acaba reforçando que os gêneros de vida também são refletidos pela cultura, em especial, a religião.

Na vila dos Pescadores, desde sua origem por volta de 1910 a 1912, a população utilizava o mar para a pesca, os instrumentos sempre foram artesanais e o conhecimento sempre foram transmitido por gerações. Nesse sentido, ao se fazer paralelo com a atualidade, percebeu-se que o gênero de vida dessa comunidade sofreu mudanças pontuais. Destarte, o avanço da maré impactou o ambiente marinho através da regressão de comunidades que moravam próximas ao mar. Com isso, elas tiveram que se deslocar para áreas próximas à rodovia, aglomerando-se na Vila do Bonifácio, onde se percebeu a oferta de serviços de hotelaria e venda de produtos alimentícios básicos.

A Resex Marinha de Caeté-Taperaçu foi implantada com o objetivo de conservar os recursos pesqueiros, mas também promover a população que está inserida nesta unidade de conservação. Porém, percebe-se que não existem políticas de melhoria de vida para as comunidades em estudo. Essas comunidades são acometidas por escassez de saneamento básico, saúde, educação. Alguns dos moradores, demonstraram insatisfação com a gestão do ICMBio na localidade, outros relacionaram melhoria de vida com a aquisição de uma geladeira, material para pesca, dentre outros.

A busca por uma promoção social ainda não chegou nestas vilas, neste caso não se pode criar unidades de conservação de uso sustentável pensado somente no recurso natural e no ambiente físico, até porque a Resex requer a fiscalização e gestão da comunidade que está inserida, mas se não houver esclarecimento da importância de uma Reserva Extrativista, e qual a funcionalidade na área em que foi implantada, a comunidade local não vai entender que através da Resex pode ter melhoria em questões sociais.

Antes da implantação da Resex, foi relatado que as práticas eram coletivas e o título de terra não existia. Permitiu-se compreender que o mar, o mangue, e a terra eram de uso público, principalmente para quem morava próximo a estes ambientes. Com a implantação da Resex, criaram-se outros gêneros de vida, como a aquisição de terra concedida pela União, já que é uma propriedade desta.

Ficou notório que a pesca intensificou-se no local, e as comunidades que já viviam nas vilas antes da implantação da Resex valeram-se de técnicas e saberes tradicionais aplicados à realização dessa atividade. Mas, com o crescimento populacional, acarretado pela construção da PA-458, que liga Bragança à Ajuruteua, outras formas de sustento familiar foram incentivadas, como a venda de produtos alimentícios na frente das casas, ou o trabalho informal em épocas de veraneio, em torno do turismo impulsionado pela praia de Ajuruteua.

Com efeito, conclui-se que os gêneros de vida são adaptados pelo homem de acordo com a realidade em que vivem. O que permitiu uma valorização de outras culturas e formas de sobrevivência econômica. Mesmo com a criação de uma Resex percebeu-se a escassez de recursos básicos fundamentais à promoção social das comunidades em estudo.

Dessa forma, a educação, enquanto elemento da cultura de um povo, é deficitária nas comunidades estudadas. Há carência, da educação infantil ao ensino médio. Porquanto a continuidade dos estudos encontra empecilhos devido a esse déficit. E, ao mesmo tempo, essa situação configura-se como uma contradição, já que o município conta com um instituto federal de educação e uma universidade federal, e ambos vêm beneficiando o município.

Assim, o gênero de vida destas comunidades acaba se reinventando a partir do que é disponível, como a prática pesqueira, que nem sempre é voltada à subsistência, mas também, como fonte de renda.

No caso específico da presença do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, têm-se os cursos integrados de “Pesca” e “Aqüicultura”. Eles buscam atender uma demanda existente na região bragantina. Contudo, para os jovens e adultos das vilas dos Pescadores e do Bonifácio, essa alternativa de transformação social via educação, enfrenta dificuldades, posto que o acesso ao nível médio nas referidas localidades é inexistente. Há somente uma escola de ensino fundamental para atender a demanda local. Logo, entende-se o porquê de poucos alunos oriundos dessas localidades frequentarem esses cursos naquele instituto.

Em relação ao Estado, constatou-se que não há uma integração entre os cursos de pesca e aqüicultura às atividades econômicas dessa área em Bragança. Não existem políticas de valorização das atividades que são desenvolvidas em Bragança, como a pesca, a produção da farinha, permitindo somente a inserção dos jovens no setor terciário, principalmente em comércios, no centro de Bragança. Enfim, é preciso, nesses cursos, uma maior aproximação entre teoria-prática-inserção para os alunos envolvidos nesse processo.

O meio ambiente pôde ser analisado de várias formas, inclusive quanto à questão sanitária. Em vila dos Pescadores e vila do Bonifácio não há saneamento básico, drenagem e nem sistema de esgoto. Esses fatores estruturais afetam a saúde pública. Há lixo em várias partes dessas vilas, água parada, mosquitos e animais domésticos, como cachorros, em grande quantidade, abandonados. Destarte, evidenciou-se, a falta de projetos ambientais, que permitam outra forma de ver a natureza, não pensando somente na pesca e no mangue, mas também em outras espécies animais que sofrem com a irracionalidade humana.

A percepção dos moradores entrevistados quanto às expectativas de melhorias socioambientais com a implantação da Resex, não foi muito satisfatória. Os moradores que tiveram algum tipo de benefício material declaram que só obtiveram esse retorno após terem sido cadastrados junto ao Instituto Chico Mendes como “usuários da Resex”. Os demais moradores não cadastrados, não tiveram nenhum tipo de ganho material e nem imaterial.

Na questão fundiária, verificou-se que este espaço é propriedade da União, as casas são “concedidas” para manter práticas extrativistas. E, na esfera política, a ASSUREMACATA, de caráter fiscalizador das atividades que ocorrem na Resex, desenvolve ações que visam manter os moradores da Vila dos pescadores e da Vila do Bonifácio em torno da atividade pesqueira como principal foco da Resex. Dessa forma, os pescadores são incentivados a usarem técnicas artesanais ao pescar, como por exemplo, a rede de lance e o curral, práticas que não trazem prejuízos para o ambiente marinho.

A análise do Plano de Manejo (2012) revelou que os moradores relataram que ações poluidoras e práticas da pesca por pessoas de outras localidades eram realizadas no local, aumentando a escassez das espécies de peixe. Isso obrigava os pescadores das duas vilas a adentrar o mar para adquirir, ao menos, o necessário à subsistência.

A idealização das “unidades de conservação de uso sustentável” no Brasil, não se restringe à manutenção da natureza, mas sim, ao bem-estar do homem. Dessa forma, as mudanças relativas ao gênero de vida, das comunidades em estudo, podem ser observadas na concepção política como o meio passa a ser visto. Além do mais, constatou-se que os valores, e a cultura, continuam existindo nestas comunidades desde seus primórdios, todavia com novas influências, oriundas do mercado. A presença de um órgão gestor (ICMbio), não promoveu políticas de desenvolvimento social que permitisse um avanço na administração do recurso e do espaço em que vivem.

Os benefícios sociais são irrisórios, e a preocupação com a natureza aparece como ponto principal nas ações do órgão gestor. Faltam políticas de infraestrutura e de agregação das pessoas em atividades produtivas locais, pois nem todos foram beneficiados com os objetivos preconizados pela gestão da Resex.

No que se refere ao trabalho humano, notou-se que esse é necessário para a organização social presente, e das novas gerações. E o meio geográfico configura-se como esfera da realidade criadora de possibilidades das relações entre homem/recursos naturais.

Na esfera jurídica, a implantação da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu incentivou o reconhecimento de direitos e deveres. Do lado das comunidades, deveres foram direcionados,

no sentido de adequação das relações socioambientais para práticas conservacionistas e sustentáveis.

A relação entre comunidade e Resex foi entremeada via cadastro no Instituto Chico Mendes. Com essa legalização, foi possível a “doação” de casas, materiais de construção e de pesca às comunidades. Além disso, os moradores cadastrados passaram a receber, a cada três meses uma “bolsa auxílio”, para respeitar o momento do defeso da pesca e da catação de caranguejo.

O gênero de vida sofreu influência com o aumento populacional em decorrência da construção da estrada, que também possibilitou o desenvolvimento do turismo na praia de Ajurureua. Afora isso, criaram-se novos valores que foram estabelecidos nas comunidades, pela instalação de pequenos comércios.

Em suma, compreende-se que a Resex trouxe uma organização política para a comunidade em estudo, no entanto, a organização social e ambiental não sofreu alteração, percebe-se que o meio e as técnicas utilizadas pelo homem ainda são os mesmos, o que não cria perspectiva de vida para a população inserida na Resex desde 2005.

Nota-se que nesses nove anos transcorridos nenhuma política de investimento da pesca, ou de outras formas de uso da região costeira, foi implementada para que aquela população usufrua dos recursos à manutenção da subsistência, e que por outro lado, também permita uma valorização na educação e na saúde.

Enfim, as alternativas de atuação do poder público e da sociedade precisam se relacionar, tanto com os recursos naturais, quanto com a educação ambiental, inovação de técnicas, garantia de progressão escolar aos jovens e investimento em saúde pública. Isso minimizaria os problemas sociais detectados nas vilas investigadas.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas, WESLEY, Fábio. **Plano de manejo da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu**. Volume II. Planejamento das Unidades. Brasília. ICMBio. 2012. 162p.

_____. **Plano de manejo da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu**. Volume II. Diagnóstico das Unidades. Brasília. ICMBio. 2012. 163p.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT(ed): **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro. Editora Relume-Dumará; Curitiba. Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. 1994.

ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves. **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-norma-pl.html>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

_____. **Decreto de 20 de maio de 2005**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos-nao-numerados1/decretos-nao-numerados1/2005>> Acesso em: 12 abr. 2012.

CASTRO JÚNIOR de Evaristo; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.p.25-65.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CLAVAL, Paul. La région: concept géographique, économique et culturel. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, n.º 112, Paris, p-293-302, 1987.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reordenação Social na Amazônia. In: JACKSON COSTA, Maria José (Org.). **Sociologia na Amazônia**: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa. Belém: EDUFPA, 2001.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

COSTA, Regilson Ferreira da. Geografia cultural e o resgate do conhecimento tradicional: o papel da educação na sustentabilidade. In: SANTOS, Elizabeth da Conceição Santos (Org.). **Geografia e Educação Ambiental**: reflexões epistemológicas. Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p.51-62.

CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **A Questão Ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

CUNHA, Luiz Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **A Questão Ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.p. 43-79.

FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antônio Carlos. Paul Vidal de La Blache e a geografia francesa: do contexto histórico às monografias urbanas. In: **Cordis**. História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. pp. 301-332, 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.

GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Org.) **Unidades de Conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

LA BLACHE, Vidal de La. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

_____. Les genres de vie dans la géographie humaine. In: **Annales de Géographie**. 1911a, t. 20, n°112. pp. 289-304. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1911_num_20_112_7312> Acesso em: 13 jun. 2012.

_____. Les genres de vie dans la géographie humaine. In: **Annales de Géographie**. 1911b, t. 20, n°111. pp. 193-212. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1911_num_20_111_7340> Acesso em: 13 jun. 2012.

_____. **Tableau de la géographie da la France**. Paris: Librairie Hachette & C, 1908. Disponível em: < <https://archive.org/details/lafrancetableaug00vida>>, Acesso em 12 fev. 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e cultura. In: **Olhar distanciado**. Viseu, Portugal: Edições 70, 1986.

LOUREIRO, Violeta Refkalesfsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo. Editora Empório do Livro. 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Ministério do Meio Ambiente. **Resex Marinha de Caeté-Taperaçu: um patrimônio bragantino e do Brasil**. Bragança, 2013.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (Belém, PA). **Município de Bragança-PA**. Belém, 2013. 1 mapa. Escala 1:510.000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>> Acesso em: 16 de maio 2014.

MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém. UFPA. CFCH.1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Montevideo: Pueblos Unidos; Barcelona: Grijalbo, 1974.

MOREIRA, Aninha, Melo; SILVA, karolline, Lima. Reserva Extrativista do Litoral Paraense: ferramentas para o ordenamento territorial. Goiânia. **Anais: III Congresso de Gestão Ambiental**. 2012.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. 24. ed. São Paulo: Editora Ática. 2001.

PARÁ. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística municipal**: Bragança. Belém, 2007.

PAULO NETTO, José. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PERES, Ariadne da Costa. **Estudo Antropológico de uma comunidade na abrangência da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em ciências Sociais), 2011. Universidade Federal do Pará, 2011.

PORTAL, Maísa. Setran instala pontes de concreto na estrada de acesso a Ajuruteua. **Agência Pará de Notícias**, Belém, Out. 2003. Disponível em: <http://agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=60771>. Acesso em: 25 fev. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Col. Milton Santos; 2).

_____. **A Natureza do espaço**: Técnica e tempo, Razão e Emoção. .4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985

SEABRA, Lília. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **A Questão Ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.p. 153-189.

SILVA, Christian Nunes da. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves-PA**. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. In: SILVA, Juremir Machado da; SCHULER, Fernando (org.) **Metamorfoses da cultura contemporânea**, local: Sulina, 2006.

SORRE, Maximilien. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA FILHO, Pedro Walfir e. Impactos naturais e antrópicos na planície costeira de Bragança (NE DO PARÁ). In: PROST, Maria Thereza Ribeiro da Costa; MENDES, Amilcar

Carvalho (Orgs.). **Ecosistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 133-144.

SOUZA FILHO, Pedro Walfir e; EL-ROBRINI, Maria. A influência das variações do nível do mar na sedimentação da planície costeira bragantina durante o holoceno – Nordeste do Pará, Brasil. In: COSTA, M.L; ANGÉLICA, R.S (ed.). **Contribuições à Geologia da Amazônia**. Belém: FINEP/SBG. p. 307-337.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Formulário para coleta de dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Título da Pesquisa: Gênero de vida das comunidades Vila dos Pescadores e Bonifácio

Pesquisadora: Ellen Cristina do Monte Silva

Formulário

Questões:

1) Sexo: () Feminino () Masculino

2) Idade:

3) Quantas pessoas moram em sua casa?

() 1 a 2

() 2 a 3

() 3 ou mais

4) Escolaridade?

() Fundamental completo

() Fundamental incompleto

() Médio completo

() Médio incompleto

() Superior

() Outros _____

5) Qual sua profissão?

() Pescador

() Pescador e catador de caranguejo

() Outros _____

6) Quais as técnicas utilizadas para a captura do peixe?

() Curral

() Linha

() Rede de lance

() Tapagens de igarapés

() Outros _____

7) Como é o processo de conservação do pescado?

() Salgar e secar

() Congelamento

() Outros _____

8) Qual é a época de safra no litoral bragantino?

- () Primeiro semestre
() Segundo semestre
() todos os dias do ano
() Outros _____

9) Vocês utilizam de outros usos de subsistência além da pesca? Quais?

10) Com a implantação da Resex Marinha de Caeté-Taparaçu o que mudou na sua vida?

11) Você foi beneficiário com a implantação da Resex? De que forma?

12) Na Resex você e sua família conseguem ter tudo que precisam? Educação, saúde, trabalho ou é preciso ir à Bragança para atender essas necessidades?
